



Boletim Informativo - VOLUME 2

**DIAGNÓSTICO DOS
POVOS
E TERRITÓRIOS
INDÍGENAS
DO CERRADO**

Novembro / 2025



Sumário

05	APRESENTAÇÃO
06	A MOBILIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO
06	BIOMA, VEGETAÇÃO E BORDAS: O CERRADO EM PERSPECTIVA INDÍGENA
08	TIS DO CERRADO E AS PRESSÕES DESENVOLVIMENTISTAS
09	CONTEXTOS REGIONAIS
13	ESTUDOS DE CASO
24	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO
25	FOGO NO CERRADO EM ÁREAS QUEIMADAS EM TIS
31	BRIGADAS FEDERAIS E BRIGADAS VOLUNTÁRIAS EM TIS
37	REFERÊNCIAS

Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas e a defesa de seus direitos, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural. O CTI atua em Terras Indígenas situadas nos Biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa.

Para saber mais consulte: <https://trabalhoindigenista.org.br>

CONSELHO ESTRATÉGICO

Andréia Bavaresco (presidência), Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noleto e Eliza Castilla

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Jaime Siqueira e Juliana Noleto

COORDENAÇÃO GERAL

Eliza Castilla, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Marcelo Hotimsky, Priscila Chianca e Renato Bock

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC, criada em 2004, é um movimento que tem como missão articular politicamente os povos indígenas do Cerrado para garantir o cumprimento de seus direitos e a proteção dos seus territórios.

COORDENAÇÃO-GERAL DA MOPIC

Hiparidi Top Tiro

COMITÊ DE MULHERES INDÍGENAS DA MOPIC

Bernadina Renhere, Daniele Lourenço Gonçalves, Diolina Jô Hyh Krikati, Edileia Santiago Oliveira, Eliane Rodrigues de Lima, Inair Gomes Lopes, Iranildes Rodrigues Mandicai, Laurentinha Medina, Letícia Jôkâhkwyj Krahô, Lewaki Suya, Maria Diva Ferreira de Brito, Maria José Almeida Ribeiro Apinagé, Maria José Pahxity Alves Kanela, Priscila Ferreira de Souza.

BOLETIM INFORMATIVO: POVOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO CERRADO

REALIZAÇÃO

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC

ORGANIZAÇÃO

Mariana Guimarães, Juliana Noleto, Pollyana Mendonça e Priscila Chianca

REVISÃO

Aluisio Azanha e Jaime Siqueira

GEOPROCESSAMENTO

Marizete Cerqueira

CONSULTORES

Diogo Azanha e Fernanda Cano de Andrade Marques

APOIO À PUBLICAÇÃO

Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos - CEPF

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO/Programa Copafbas

Instituto Clima e Sociedade - ICS

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

MUTÁ Comunicação Ambiental

Apresentação

Neste segundo boletim informativo, dando continuidade à disseminação dos resultados alcançados até o momento no âmbito do Diagnóstico dos Povos e Territórios Indígenas do Cerrado, são apresentados os dados relativos aos vetores de pressão associados aos empreendimentos e fogo/queimadas que ameaçam as terras indígenas do Cerrado.

Dentro da temática sobre os vetores de pressão foram realizados levantamentos e análises sobre os empreendimentos existentes e planejados, localizados no interior ou entorno dos territórios, que afetam ou podem potencialmente impactar as terras indígenas localizadas no Cerrado. São empreendimentos associados à infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos secos), ao aproveitamento energético (linhões, subestações, UHEs, PCHs, eólicas e solares), e a exploração de petróleo, gás e mineração, que evidenciam como a consolidação de corredores logísticos e grandes obras de “desenvolvimento” abrem e reforçam frentes de pressão sobre terras indígenas e seus entornos.

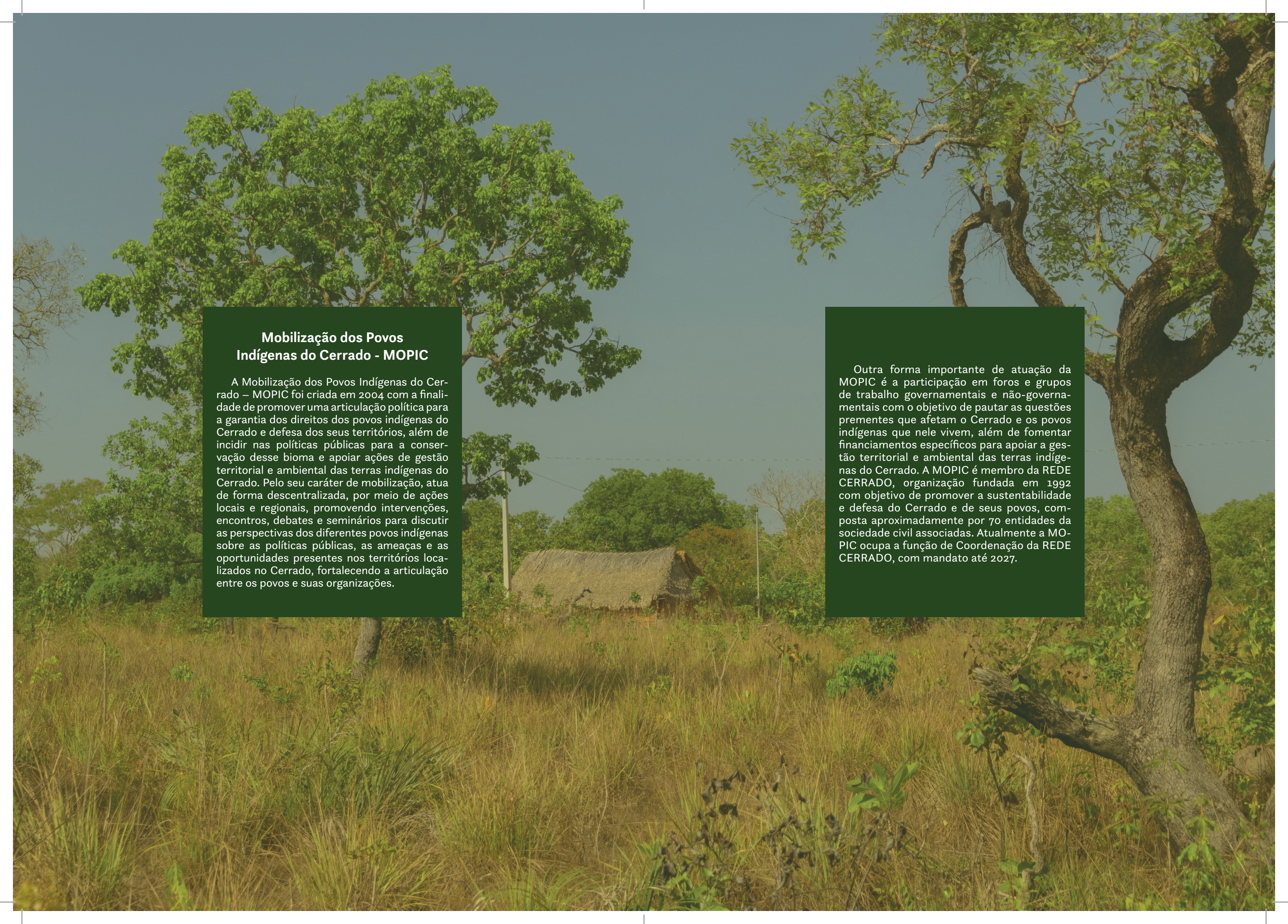
Foram selecionadas 15 terras indígenas, distribuídas pelos principais estados com presença do bioma Cerrado, como estudos de caso paradigmáticos que reúne um conjunto de informações referentes aos empreendimentos incidentes e/ou no entorno, com o objetivo de oferecer uma visão consolidada das pressões e riscos enfrentados pelas TIs, servindo como ferramenta para monitoramento, planejamento e construção de estratégias de ação. São apresentadas ainda recomendações para subsidiar a atuação da MOPIC e de suas organizações no acompanhamento, incidência e controle social dos processos de

licenciamento ambiental dos empreendimentos, com vistas a garantir a legalidade/regularidade desses processos, bem como assegurar a efetiva participação dos povos indígenas do Cerrado e seu direito à consulta livre, prévia e informada.

Os dados de fogo e áreas queimadas nas TIs do Cerrado compreendem séries históricas e mapas anuais que permitem a visualização das incidências dos focos de calor e ranking das principais terras indígenas impactadas. De forma complementar, foram levantadas informações sobre a cobertura e a capacidade de resposta do PrevFogo/IBAMA e das brigadas de combate aos incêndios florestais indígenas, apresentando a distribuição e a tipologia das brigadas federais, comunitárias e voluntárias, bem como lacunas territoriais na prevenção e no manejo integrado do fogo em áreas críticas. A análise destaca a importância das iniciativas indígenas na mitigação de danos, na proteção de mosaicos de vegetação nativa e na salvaguarda de roçados, locais sagrados e infraestruturas comunitárias. São apresentadas considerações sobre governança do fogo, propondo o fortalecimento de arranjos locais de manejo, a ampliação de brigadas indígenas e o alinhamento entre políticas de prevenção, combate e restauração ecológica.

Em conjunto, os dois temas compõem um panorama das pressões sobre os povos e territórios indígenas do Cerrado. O objetivo central é oferecer subsídios técnicos e políticos para a incidência da MOPIC e de organizações parceiras, reforçando que a proteção das terras indígenas é condição estruturante para a conservação do bioma, para a justiça climática e para a garantia dos direitos dos povos indígenas do Cerrado.





Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC foi criada em 2004 com a finalidade de promover uma articulação política para a garantia dos direitos dos povos indígenas do Cerrado e defesa dos seus territórios, além de incidir nas políticas públicas para a conservação desse bioma e apoiar ações de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Cerrado. Pelo seu caráter de mobilização, atua de forma descentralizada, por meio de ações locais e regionais, promovendo intervenções, encontros, debates e seminários para discutir as perspectivas dos diferentes povos indígenas sobre as políticas públicas, as ameaças e as oportunidades presentes nos territórios localizados no Cerrado, fortalecendo a articulação entre os povos e suas organizações.

Outra forma importante de atuação da MOPIC é a participação em foros e grupos de trabalho governamentais e não-governamentais com o objetivo de pautar as questões prementes que afetam o Cerrado e os povos indígenas que nele vivem, além de fomentar financiamentos específicos para apoiar a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Cerrado. A MOPIC é membro da REDE CERRADO, organização fundada em 1992 com objetivo de promover a sustentabilidade e defesa do Cerrado e de seus povos, composta aproximadamente por 70 entidades da sociedade civil associadas. Atualmente a MOPIC ocupa a função de Coordenação da REDE CERRADO, com mandato até 2027.

Bioma, vegetação e bordas: o Cerrado em perspectiva indígena

Neste segundo volume do boletim, adotamos três critérios de classificação para compreender a amplitude dos Povos Indígenas e Territórios do Cerrado e refletir sobre a diversidade de situações encontradas: Cerrado bioma, definido pelos limites cartográficos oficiais; Cerrado vegetação, referente às ocorrências de fitofisionomias típicas do Cerrado mesmo fora do polígono oficial; e Cerrado e suas bordas, isto é, as áreas de transição entre o Cerrado e outros biomas, onde ecologia, práticas culturais e territorialidades se entrelaçam e se prolongam.

Distinguimos Cerrado bioma e Cerrado vegetação para refletir a variedade de situações. Cerrado bioma, definido pelos limites cartográficos oficiais, inclui tanto os territórios totalmente dentro do bioma, com alta presença de fisionomias e processos ecológicos, quanto casos em que a incidência de Cerrado é pequena ou periférica. Já Cerrado vegetação reúne ocorrências de fitofisionomias típicas do Cerrado fora do polígono oficial, que podem variar de áreas contínuas e bem preservadas a manchas muito reduzidas, fragmentadas ou até descaracterizadas por mudanças no uso do solo.

Nas bordas do Cerrado a transição ecológica não é apenas mistura entre formações vegetais; ela frequentemente coincide com fronteiras político-históricas em movimento. Nesses espaços, o entrelaçamento entre processos naturais e sociais produz uma dupla condição: de um lado, variações ecológicas que alternam cerradões, veredas, matas secas e florestas estacionais; de outro, variações culturais e políticas, nos quais se expressam territorialidades específicas e se intensificam as lutas pela defesa do Cerrado.

Essa distinção é necessária porque a vida no Cerrado não cabe em linhas de mapa: povos, rios, veredas, cerradões e matas secas formam territorialidades que atravessam bioma, vegetação e áreas de transição. Os povos indígenas aqui considerados têm trajetórias e experiências com o Cerrado em várias dimensões — arqueológicas, históricas e cosmológicas — que, em parte, são compartilhadas entre eles. Desse compartilhamento nasce uma cosmopolítica comum: diferentes maneiras de criar mundos possíveis nos encontros e alianças entre povos. São histórias de idas e vindas, de ontem e de hoje, que revelam as condições de permanência e as lutas para resistir à destruição desses territórios. Por isso, essas territorialidades ultra-

passam o traço cartográfico e acompanham a vida que circula entre biomas, práticas e memórias.

Assim, essa decisão metodológica fundamenta-se em razões ecológicas, políticas, territoriais e socioculturais. Em primeiro lugar, as áreas de transição entre biomas não são fronteiras rígidas, mas sim regiões com forte interpenetração de espécies vegetais e práticas territoriais. Em segundo, os povos indígenas que vivem nessas zonas compartilham pressões fundiárias, ameaças ambientais e dinâmicas políticas similares àqueles presentes no Cerrado central. Em terceiro, tais territórios são frequentemente invisibilizados por políticas e dados que se restringem a critérios cartográficos formais. Soma-se a isso o fato de que muitas dessas terras encontram-se em situação de reivindicação ou em fases iniciais do processo demarcatório. A ausência de demarcação e posse plena dos territórios compromete não apenas a proteção territorial e ambiental, mas também o acesso a políticas públicas fundamentais.

Importa destacar que este levantamento considera apenas terras indígenas com algum processo demarcatório em curso, a partir dos dados disponibilizados pelas fontes oficiais. Os números apresentados seguem em refinamento no Diagnóstico dos Povos Indígenas e Territórios do Cerrado. Quanto às reivindicações por novas terras, esse número ainda está em elaboração. Como não se trata de informações oficialmente disponibilizadas, estamos aprofundando as pesquisas para sua consolidação.

A seguir, apresentamos os números que sintetizam este panorama, permitindo uma visão objetiva sobre a situação atual das Terras Indígenas no Cerrado, suas áreas de transição e suas bordas, além de territórios com incidência de vegetação típica do bioma. Os totais informados ao final não devem ser somados entre si, e sim lidos como perspectivas complementares de um mesmo cenário.

Ao todo, 305 TIs têm incidência simultânea no bioma e nas fisionomias de vegetação do Cerrado, espalhadas por 24 estados. Dessas, 113 TIs incidem apenas dentro do limite oficial do bioma, enquanto 192 TIs incidem apenas em áreas de vegetação de Cerrado (manchas/fisionomias) fora ou além do contorno oficial do bioma. No bioma e em suas bordas, são 179 TIs situadas entre o Cerrado e outros domínios.



ÁREA DE INCIDÊNCIA Bioma e Vegetação	QUANTIDADE DE TERRAS 305	ESTADOS 24	AC AL AM AP BA DF CE GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RO RR RS SC SP TO
ÁREA DE INCIDÊNCIA Bioma	QUANTIDADE DE TERRAS 113	ESTADOS 09	DF GO MA MG MS MT PA RO TO
ÁREA DE INCIDÊNCIA Vegetação	QUANTIDADE DE TERRAS 192	ESTADOS 21	AC AL AM AP BA CE MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RO RR RS SC SP
ÁREA DE INCIDÊNCIA Cerrado e suas Bordas	QUANTIDADE DE TERRAS 179	ESTADOS 10	DF GO MA MG MS MT PA BA RR TO

TIs do Cerrado e as pressões desenvolvimentistas

As TIs do Cerrado sofrem com um padrão de pressões externas cumulativas, marcadas pelo avanço da fronteira agrícola, grandes empreendimentos energéticos (hidrelétricas e PCHs), ferrovias, hidrovias e rodovias, além da grilagem e da especulação fundiária. Nota-se uma situação de vulnerabilidade socioambiental, na qual o modelo de desenvolvimento regional prioriza o agronegócio e a logística de exportação em detrimento da proteção dos territórios tradicionais e do modo de vida dos povos indígenas e populações tradicionais.

A expansão da malha rodoviária no Cerrado potencializa o avanço da fronteira agrícola e intensifica a pressão fundiária sobre as terras indígenas. As rodovias estruturam corredores logísticos que facilitam o escoamento da produção de grãos, carne e minérios e funcionam como eixos de penetração em áreas antes contínuas de vegetação nativa. A abertura de estradas principais e vicinais segue muitas vezes o padrão “espinha de peixe”, ampliando a ocupação irregular e a especulação sobre territórios indígenas ainda em processo de regularização.

Esse cenário é alimentado por vultosos investimentos nos empreendimentos de infraestrutura atrelados às áreas de produção agropecuária para suporte às unidades de beneficiamento, armazenagem e escoamento da produção, especialmente da soja e milho. Em 2024, os investimentos na cadeia logística de infraestrutura de escoamento, os “corredores do agro”, para exportação da safra 2024/2025 atingiram R\$ 3,6 bilhões só do Ministério dos Transportes.¹ O novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, abrange uma carteira para o eixo de transporte da ordem de R\$ 330 bilhões para execução até 2025, e uma previsão de cerca de 700 km de rodovias duplicadas até 2026. Para o transporte ferroviário os investimentos estão direcionados para a construção de 1.400 km de ferrovias, vinculadas à Ferrovia de Integração Leste-Oeste (EF-334- FIOL) e Ferrovia de Integração Centro-Oeste (EF-354 - FICO), um sistema que visa interligar as rotas do escoamento da produção agrícola na região do Cerrado.

¹<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/governo-anuncia-plano-de-escoamento-da-safra-24-25-com-investimento-de-r-4-5-bilhoes-para-reducao-de-custos-logisticos>

QUADRO 1 Principais investimentos entre Obras de Infraestrutura do Novo PAC – 2023/2030

EMPREENHIMENTO	UF	ESTIMATIVA VALOR TOTAL (R\$)	TIPO EXECUTOR
Extensão Ferrovia Malha Norte (RUMO S.A.) ¹	MT	900 milhões	Privado
Estrada de Ferro Carajás ¹	MA/PA	830 milhões	Privado
Ferrovia Norte Sul S.A. ¹	TO/MA	850 milhões	Privado
BR-163 (Divisa MS/PR - MS/MT) – Concessão ¹	MS	550 milhões	Privado
Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – FICO ¹	GO/MT	320 milhões	Privado

Por sua vez, o Plano Nacional de Logística – PNL desenhado pela Empresa Nacional de Logística – EPL (atualmente INFRA S.A.) indica um montante de até R\$ 789 bilhões em investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura até 2035 (INFRA, 2024 – PNL 2035)². Dentre as obras destacadas pelo PNL-2035 estão incluídas a expansão da malha ferroviária na região do Cerrado: Ferrogrão, Ferrovia de Integração Oeste-Leste/FIOL, Ferrovia de Integração Centro-Oeste/FICO, novos trechos da Ferrovia Norte Sul e extensões das malhas ferroviárias atualmente em operação.

A combinação entre rodovias, agronegócio e grilagem cria uma dinâmica de cerco territorial em torno das terras indígenas, reduzindo a integridade ambiental de seus entornos, favorecendo invasões e dificultando a plena efetivação de seus direitos territoriais. O resultado é um quadro de pressão permanente que compromete tanto a reprodução física e cultural dos povos indígenas quanto a conservação do bioma.

²https://www.gov.br/transportes/ptbr/assuntos/noticias/2021/10/imagens/resumoExecutivo_PNL2035_ed_105112021.pdf

Diante desse panorama, foram definidos recortes regionais de análise, levando em consideração as características socioambientais, a presença de um mosaico de TIs e o cenário do histórico de pressão do avanço dos eixos de desenvolvimento em cada macrorregião. A análise integrada dos empreendimentos existentes ou planejados em uma mesma unidade espacial permite avaliar o conjunto de empreendimentos com potencial de apresentar impactos sinérgicos e cumulativos, permitindo igualmente refinar e calibrar os cenários de ações e incidências políticas na defesa de direitos dos povos impactados.

As regiões para análise dos impactos e pressões dos empreendimentos sobre as terras indígenas do Cerrado foram as seguintes:

Mato Grosso • Integração Leste/Oeste
| Transição Cerrado/Amazônia

TIs Marechal Rondon, Sangradouro/Volta Grande, Bakairi, Tereza Cristina

Mato Grosso do Sul • Integração continental
| Transição Cerrado/Pantanal

TIs Cachoeirinha, Buriti, Dourados e Pirakuá

MATOPIBA • Corredor Norte Sul
| Transição Cerrado/Caatinga

TIs Kanela/Kanela-Memortumré, Krikati, Apinayé, Kraolândia, Ava-Canoeiro, Xerente, Xacriabá

Contextos regionais

Mato Grosso – Integração Leste/Oeste Transição Cerrado/Amazônia

Essa região do Cerrado mato-grossense em transição com o Bioma Amazônia é que abrange o maior número de Terras Indígenas (57) do Cerrado. E ainda compreende áreas de alguns dos municípios com maior produção de soja em 2024: Sorriso/MT, Sapezal/MT, Campo Novo dos Parecis/MT, Nova Ubiratã/MT e Nova Mutum/MT. Localizada na região central entre duas fronteiras de desmatamento e desenvolvimento (arco do desmatamento e AMACRO), torna-se uma cadeia logística de infraestrutura capaz de manter o alto índice de produtividade e o escoamento da produção agrícola.

A presença de uma rica rede hídrica potencializa a capacidade energética da região, com a presença de conjuntos de Pequenas Centrais Hidrelétricas nos cursos d’água das regiões dos altos rios Teles Pires, Juruena, Rio das Mortes e Paraguai e de projetos maiores de hidrelétricas nos cursos médio e baixo das principais bacias hidrográficas locais. Esta rede de unidades geradoras de energia hidrelétrica enseja a construção de um sistema de transmissão capaz de atender a demanda crescente de um polo agrícola-tecnológico e em exportar a energia ao sistema interligado nacional.

A pressão para o incremento da cadeia logística regional para interligação das áreas produtivas entre os Estados do Centro-Oeste e escoamento para exportação para região norte

e sudeste, implica em uma série de empreendimentos do modal rodo e ferroviário, entre existentes e planejados. Os pesados investimentos em melhorias e ampliação do sistema rodoviário para interligação Mato Grosso ao rio Amazonas no Pará e ao Rio Madeira em Rondônia, são atualmente motivo de apreensão por parte dos povos indígenas e pressão sobre seus territórios, com um conjunto de empreendimentos em fase de licenciamento ambiental ou em construção (Ferrovias FICO, FIOL, Ferrogrão e a EF-364; obras das rodovias BR-163 e BR-242).

Na porção do Médio rio Araguaia e na fronteira MT/PA a questão da mineração ganha relevância com o preenchimento contínuo de áreas reservadas ou autorizadas para pesquisa incluindo solicitações e lavras garimpeiras especialmente para minério de ouro, com destaque para as bacias do alto Teles Pires e Jamanxin.

Os quadros apresentados a seguir sintetizam os empreendimentos prioritários, definidos pela capacidade potencial de impactar o conjunto de terras indígenas existentes na região e ainda pelos aspectos sinérgicos entre eles, bem como, orientações e recomendações relativas aos mesmos. Os empreendimentos lineares de transporte e energia impactam fragmentos de vegetação que protegem os cursos d’água de bacias compartilhadas por estes territórios. Esta fragmentação tende a aumentar com a expansão do desmatamento, impedindo o papel importante das terras indígenas na composição de corredores ecológicos regionais.

QUADRO 2 Empreendimentos prioritários – Mato Grosso e Transição Amazônia

EMPREEN-DIMENTOS	EIXO	FASE	TIS/REGIÃO	IMPACTO POTENCIAL – MEIO AMBIENTE
Ferrovia FICO 2 e BR-242	Transporte	Planejamento	Alto Xingu, Centro-Leste MT	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
Ferrovia FICO 3 e BR-364	Transporte	Planejamento, Obras	Enawenê-Nawê, Manoki, Nambikwara, Paresi	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
Ferrogrão, BR-163	Transporte	Planejamento, Obras	Bakairi, Batelão, Capoto-jarina Kayapó, Parque Indígena do Xingu, Pequizal do Naruvotu, Wawi	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
BR-158 – Contorno Maraiwatsede	Transporte	Em Instalação	Maraiwatsede	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
Ferrovia Estadual de MT	Transporte	Trechos em Obras	Bakairi, Santana, Tadarimana, Tereza Cristina	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
PCHs - Rio São Lourenço	Energia	Operando	Tereza Cristina - Alto Paraguai	Alteração Dinâmica Hídrica e Recursos pesqueiros
PCHs – Alto rio Juruena	Energia	Operação	Enawenê-Nawê, Nambikwara, Paresi	Alteração Dinâmica Hídrica e Recursos pesqueiros

QUADRO 3 Orientações e Recomendações – Mato Grosso e Transição Amazônia

RECOMENDAÇÕES	TIPO	ALVO	DESTAQUES	INSTRUMENTOS
Monitoramento Processos Licenciamento Ferrovias Malha RUMO S.A.	Monitoramento Processos	FUNAI, MPF, OEMAS, IBAMA	Atenção a nova Lei do Licenciamento e Validade da PI nº 60/2015. Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Protocolos de Consulta, OIT 169
Acompanhamento e incidência Prévia Empreendimentos em fase de planejamento	Incidência Política e Jurídica	DNIT, INFRA S.A. Secretarias Municipais	Ordenamento e governança territorial. Mosaicos e corredores ecológicos	Legislação Federal, Códigos ambientais, princípio da precaução
Incidência e embate na garantia da legislação ambiental e indígena	Incidência Política e Jurídica	Planejamento, Obras	Mecanismos legais de fragilização ambiental por parte dos governos estaduais	Legislação federal, Resoluções técnicas, Quadros de especialistas
Participação em comitês de Bacias hidrográficas	Monitoramento ambiental e regulatório.	Setor agropecuário, ANA, MPF	Usos consultivos dos recursos hídricos para irrigação e usos de reservatórios de geração de energia. Contaminação dos rios por agrotóxicos	PNRH, resoluções técnicas, ZEEs
Ferrovia Estadual de MT	Transporte	Trechos em Obras	Tereza Cristina, Bakairi, Tadarimana, Santana,	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
PCHs - Rio São Lourenço	Energia	Operando	Tereza Cristina - Alto Paraguai	Alteração Dinâmica Hídrica e Recursos pesqueiros
PCHs – Alto rio Juruena	Energia	Operação	Nambikwara, Enawenê-Nawê, Paresi	Alteração Dinâmica Hídrica e Recursos pesqueiros

Mato Grosso do Sul - Integração continental - Transição Cerrado/ Pantanal

O Mato Grosso do Sul destaca-se como um dos principais estados produtores de grãos no Brasil, com a soja e o milho assumindo papéis centrais na economia agrícola regional. Nas últimas décadas, observou-se um crescimento na área plantada com soja e milho, com aproveitamento de regiões pioneiras com solos mais férteis na região da Grande Dourados. A disponibilidade de terras tomadas e/ou expropriadas nos anos 1920/1940 dos Guarani-Kaiowá, aliada ao investimento em tecnologia agrícola, permitiu a incorporação de novas áreas ao sistema produtivo.

Esta expansão agrícola em parte foi possível pela melhoria da infraestrutura de logística para escoamento da produção e armazenagem. Recentemente foram acordados e empenhados novos investimentos em construção e melhorias no modal rodo-ferroviário do Estado, com destaque para a rodovia BR-163, BR-267 e a expansão da malha ferroviária (RUMO – Malha Oeste).

MATOPIBA – Corredor Norte-Sul Transição Cerrado/Caatinga

Região que constitui a principal fronteira do avanço da produção agrícola sobre áreas de Cerrado e transição com o Bioma Caatinga, especialmente para o plantio de soja. O MATOPIBA, região que abrange o estado do Tocantins e parte dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, foi responsável pela perda de 42% de toda vegetação nativa no país no ano de 2024, segundo dados do MapBiom. Os municípios de São Desidério/BA, Balsas/MA e Sebastião Leal/PI constituem 3 dos 5 municípios que mais desmataram em 2024. O município de Balsas/MA ocupa a primeira posição no ranking de áreas desmatadas desde o ano de 2019.

Esse avanço da produção sobre áreas com aptidão para a produção agrícola ou para implantação de novos empreendimentos confere complexidade na governança e ordenamento territorial. As ações de grilagem e invasão de territórios indígenas é marcante nessa região, demonstrado pelo número de imóveis sobrepostos às TIs, especialmente áreas ainda não homologadas; caso das TIs Kanela-Memortumré, Porquinhos dos Canela-Apãnjekra e Bacurizinho, não à toa incluídas entre àquelas com maiores índices de desmatamento detectado no período 2023-2024.

A região que abrange trecho do Cerrado nos interflúvios dos rios Tocantins e Parnaíba carece de uma infraestrutura de logística e energética

para viabilizar a expansão produtiva regional. Essa cadeia logística envolve investimentos em novas linhas férreas para deslocamento da produção da região do Leste do Maranhão e Oeste Baiano em direção às hidrovias do Tocantins e da Ferrovia Norte-Sul.

As características ambientais e climáticas da região de transição Cerrado-Caatinga credenciam essa região de análise como estratégica para os projetos e programas de investimento em transição energética, com destaque para a implantação de parques eólicos, usinas de geração fotovoltaicas (solares) e termelétricas a gás natural. Essa ampliação do parque de geração renovável de energia nos estados do nordeste atrai centros industriais e tecnológicos de alta demanda energética.

Ao mesmo tempo que a região caracteriza-se por uma nova frente de atração para novos empreendimentos agropecuários e de infraestrutura logística e tecnológica, o histórico de ocupação de antigas frentes de avanço desenvolvimentista implicou a existência de empreendimentos estruturantes na região de interligação Norte-Sul, especialmente as grandes hidrelétricas do rio Tocantins e seus linhões de transmissão, e outras obras emblemáticas de período não tão antigo, como a Estrada de Ferro Carajás e a rodovia Belém-Brasília.

Este fato implica o monitoramento constante do processo de licenciamento e passivos ambientais, renovações e avaliações técnicas de programas ambientais executados (PBAs). Casos estes que se aplicam as TIs atingidas diretamente pelo linhão da Eletronorte (Krikati e Cana Brava), pelos impactos dos reservatórios das UHEs Serra da Mesa (TIs Ava-Canoeiro), Lajeado (Xerente) e Estreito (Apinayé, Kraolândia, Krikati e Governador) e pela Ferrovia Norte Sul (Apinayé, Xerente).

Cabe destacar que o trecho do estado do Goiás, Minas Gerais e Bahia apresentam potencial para exploração minerária das chamadas “terras raras”, conforme dados do ANM/SIGMINE, concentrando boa parte dos requerimentos para pesquisa, com destaque para o município goiano de Minaçu, que abrange a TI Ava-Canoeiro, cujo entorno apresenta densidade significativa de processos e requerimentos.

Já em relação à exploração de petróleo e gás, há existência de bacias sedimentares efetivas na região da bacia do Parnaíba, apontada com área com chances altas de descoberta e exploração de hidrocarbonetos (EPE, 2024). O Bloco exploratório PN-T-117, arrematado pela empresa ENEVA incide diretamente no território Krenyê e está localizado a 4km da TI Kanela-Memortumré.

Sintetizando esse contexto acima, os quadros apresentados a seguir apresentam os empreendimentos prioritários desta região, e as orientações e recomendações associadas.

QUADRO 4 Empreendimentos prioritários – MATOPIBA -Transição Cerrado-Caatinga

EMPREENDIMENTOS	EIXO	FASE	TIS/REGIÃO	IMPACTO POTENCIAL – MEIO AMBIENTE
Ferrovia Norte Sul e Interligação com a Ferrovia Transnordestina	Transporte	Operação/Planejamento	Corredor Centro-Norte/Nordeste	Fragmentação Paisagem, Pressão Fundiária
LT – Imperatriz – Presidente Dutra	Energia	Execução	Krikati, Cana Brava , Bacurizinho	Fragmentação Paisagem, conflitos internos
UHEs Estreito, Lajeado e Serra da Mesa	Transporte	Planejamento, Obras	Apinajé, Kraolândia, Krikati, Governador, Xerente e Avá Canoeiro	Descaracterização da Paisagem, Pressão Fundiária, conflitos.
Campo exploratório PN-T-117	Petróleo e Gás	Em Instalação	Krenyê, Kanela-Memortumré	Descaracterização da Paisagem, Pressão Fundiária, conflitos.
PCHs - Rio do Sono/ Balsas	Energia	Planejamento/ Inventário	Xerente, Kraolândia	Alteração Dinâmica Hídrica e Recursos pesqueiros

QUADRO 5 Orientações e Recomendações – MATOPIBA -Transição Cerrado-Caatinga

RECOMENDAÇÕES	TIPO	ALVO	DESTAQUES	INSTRUMENTOS
Monitoramento Processos Licenciamento UHEs existentes	Monitoramento Processos	FUNAI, MPF, SEMAS, IBAMA	Atenção a nova Lei do Licenciamento e Validade da PI nº 60/2015. Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Protocolos de Consulta, OIT 169
Acompanhamento e incidência Prévia Empreendimentos de transição energética e terras raras	Incidência Política e Jurídica	ANEEL, IBAMA, MME, ANM	Ordenamento e governança territorial. Direito Territorial Mosaicos e corredores ecológicos	Legislação Federal, Códigos ambientais, princípio da precaução
Incidência e embate na regularização fundiária e combate desmatamentos nas TIs	Incidência Política e Jurídica	Planejamento, Obras	Mecanismos legais de fragilização ambiental por parte dos governos estaduais	Legislação federal, Resoluções técnicas, Quadros de especialistas
Participação em comitês de Bacias hidrográficas (Pindaré/Mearim, Sono/ Rio das Balsas)	Monitoramento ambiental e regulatório.	Setor agropecuário, ANA, MPF	Usos consultivos dos recursos hídricos para irrigação e usos de reservatórios de geração de energia. Contaminação dos rios por agrotóxicos	PNRH, resoluções técnicas, ZEEs

A ocupação de áreas de vegetação nativa de Cerrado por estabelecimentos agropecuários e parques de geração de energia renovável tendem a escalar os conflitos agrários na região e pressionar cada vez mais o papel fundamental das Terras Indígenas na composição de corredores ecológicos regionais e de proteção aos fragmentos de vegetação do entorno e no inte-

rior das TIs. As taxas de desmatamento das TIs ainda não regularizadas ensejam a continuidade das ações de incidência política para a garantia de direitos e regularização fundiária desses territórios em conjunto com ações de defesa de territórios destinados à preservação no entorno imediato das TIs do MATOPIBA.

Estudos de Caso

De forma a viabilizar análises mais aprofundadas sobre os empreendimentos que afetam as terras indígenas do Cerrado e áreas de transição, foram definidas 15 terras indígenas considerando critérios como representação geográfica, etnográfica e política, a partir de consulta realizada em articulação com a MOPIC, para a elaboração de estudos de caso. As informações levantadas foram sistematizadas em uma base de dados que reúne informações sobre rodovias, ferrovias, linhas de transmissão, hidrelétricas, projetos minerais e expansões agrícolas, dentre outras tipologias que podem gerar impactos diretos ou indiretos sobre a integridade ambiental, hídrica, cultural e territorial das comunidades indígenas.

A importância dessa síntese reside em evidenciar como os diferentes empreendimentos, isoladamente ou de forma cumulativa, afetam os modos de vida, a segurança territorial e a preservação ambiental das populações indígenas do Cerrado. Além disso, permite identificar lacunas nos processos de licenciamento, especialmente no que diz respeito à implementação do Estudos do Componente Indígena-ECI e à exigência de consulta prévia, livre e informada conforme a Convenção 169 da OIT. Com isso, a base de dados oferece subsídios para a formulação de estratégias de proteção, fiscalização e mitigação de impactos, promovendo o respeito aos direitos indígenas e à conservação dos ecossistemas do Cerrado.

QUADRO 6 Terras Indígenas foco das análises

TERRA INDÍGENA	POVO	UF	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO
Kanela-Memortumré	Kanela	MA	Barra do Corda, Fernando Falcão	Identificada ¹
Krikati	Krikati	MA	Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Sítio Novo	Registrada
Kraolândia	Krahô	TO	Goiatins, Itacajá	Registrada
Apinayé	Apinayé	TO	Cachoeirinha, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis	Registrada
Xerente	Xerente	TO	Tocantínia	Registrada
Sangradouro/Volta Grande	Xavante	MT	General Carneiro, Novo São Joaquim, Poxoréu	Registrada
Marechal Rondon	Xavante	MT	Paranatinga	Registrada
Tereza Cristina	Bororo	MT	Santo Antônio do Leverger	Declarada
Bakairi	Bakairi	MT	Paranatinga, Planalto da Serra	Registrada
Xacriabá	Xakriabá	MG	Itacarambi, São João das Missões	Registrada ²
Ava-Canoeiro	Ava-Canoeiro	GO	Colinas do Sul, Minaçu	Homologada
Buriti	Terena	MS	Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti	Declarada ³
Cachoeirinha	Terena	MS	Miranda, Aquidauana	Declarada ⁴
Pirakuá	Guarani Kaiowá	MS	Bela Vista, Ponta Porã	Registrada
Dourados	Terena, Guarani Kaiowá	MS	Dourados, Itaporã	Registrada

3Fonte: FUNAI – CRM (<https://cmr.funai.gov.br/>).

1 Terra em reestudo de limites

2 Terra em reestudo de limites

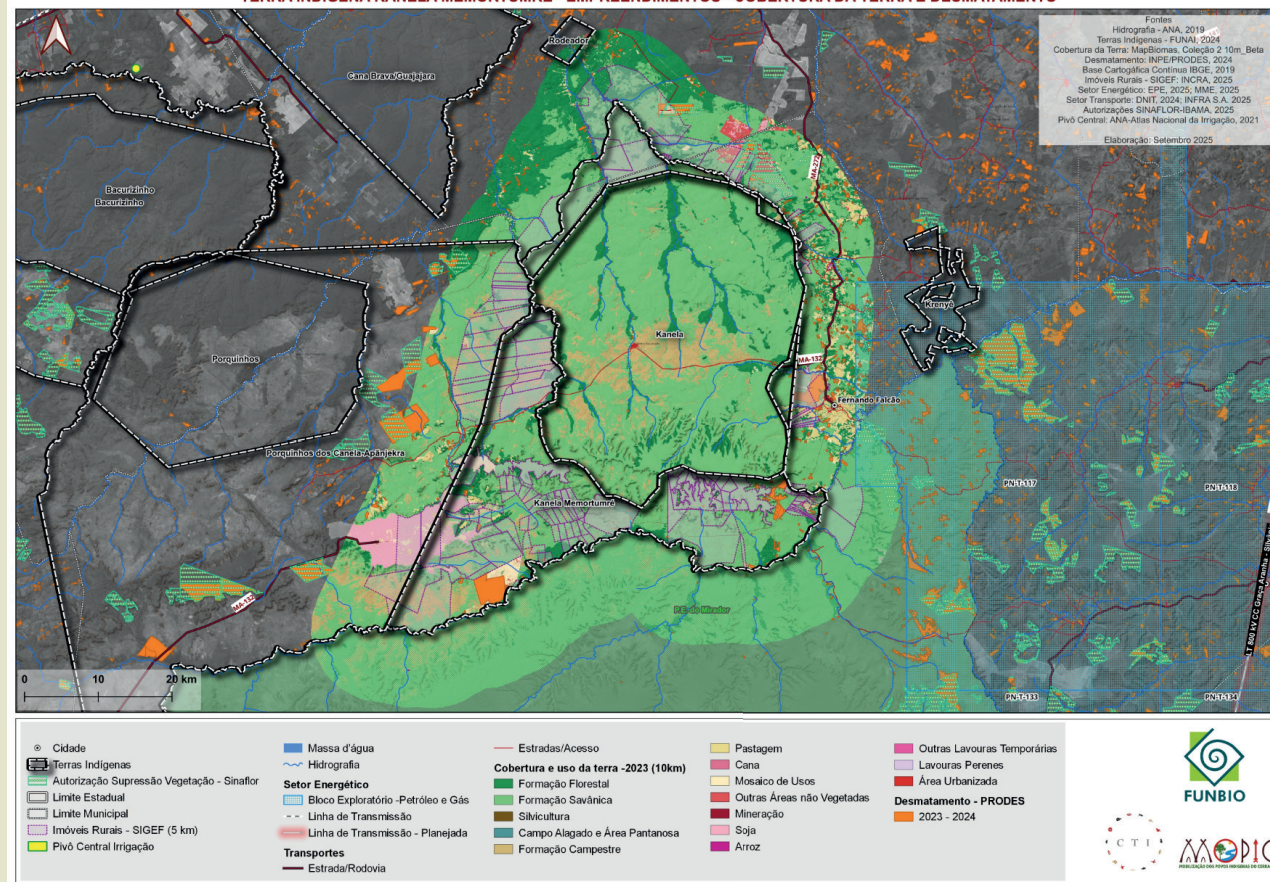
3 Terra em reestudo de limites

4 Terra em reestudo de limites

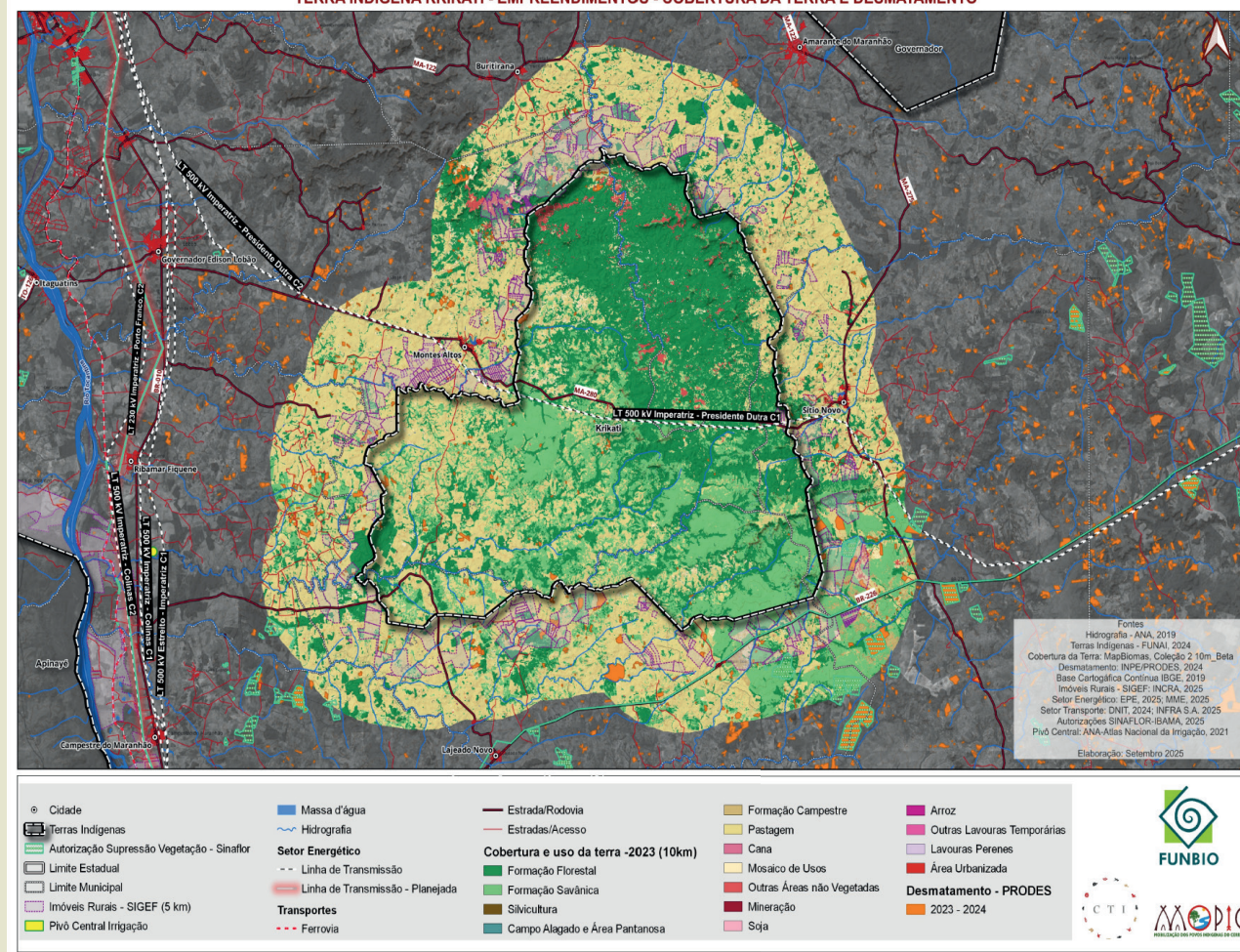
No **Maranhão**, as terras **Kanela-Memortumré** e **Krikati** estão cercadas pelo avanço da soja e da pecuária, além de sofrerem com a expansão da malha viária estadual em especial, da MA-280 e MA-275, e da Linha de Transmissão LT 500kV Imperatriz – Presidente Dutra que cruzam os limites da TI Krikati. Esta, sofre também

com os impactos cumulativos da Ferrovia Norte-Sul, da hidrovía Araguaia-Tocantins e de grandes usinas hidrelétricas como a UHE Estreito. Já a TI Kanela sofre impactos da Rodovia MA-012 (limite norte da TI) e rodovias MA-272/MA-141 (6 e 30 km), das quais não existem processos de licenciamento formalmente identificados. Ainda dista 30 km da Hidrovía do Mearim-Pindaré. Os principais impactos estão relacionados ao crescente desmatamento para abertura de áreas de monocultura de grãos, invasões, sobreposição fundiária e risco de consolidação de cinturão agropecuário em torno da TI.

TERRA INDÍGENA KANELA MEMORTUMRÉ - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



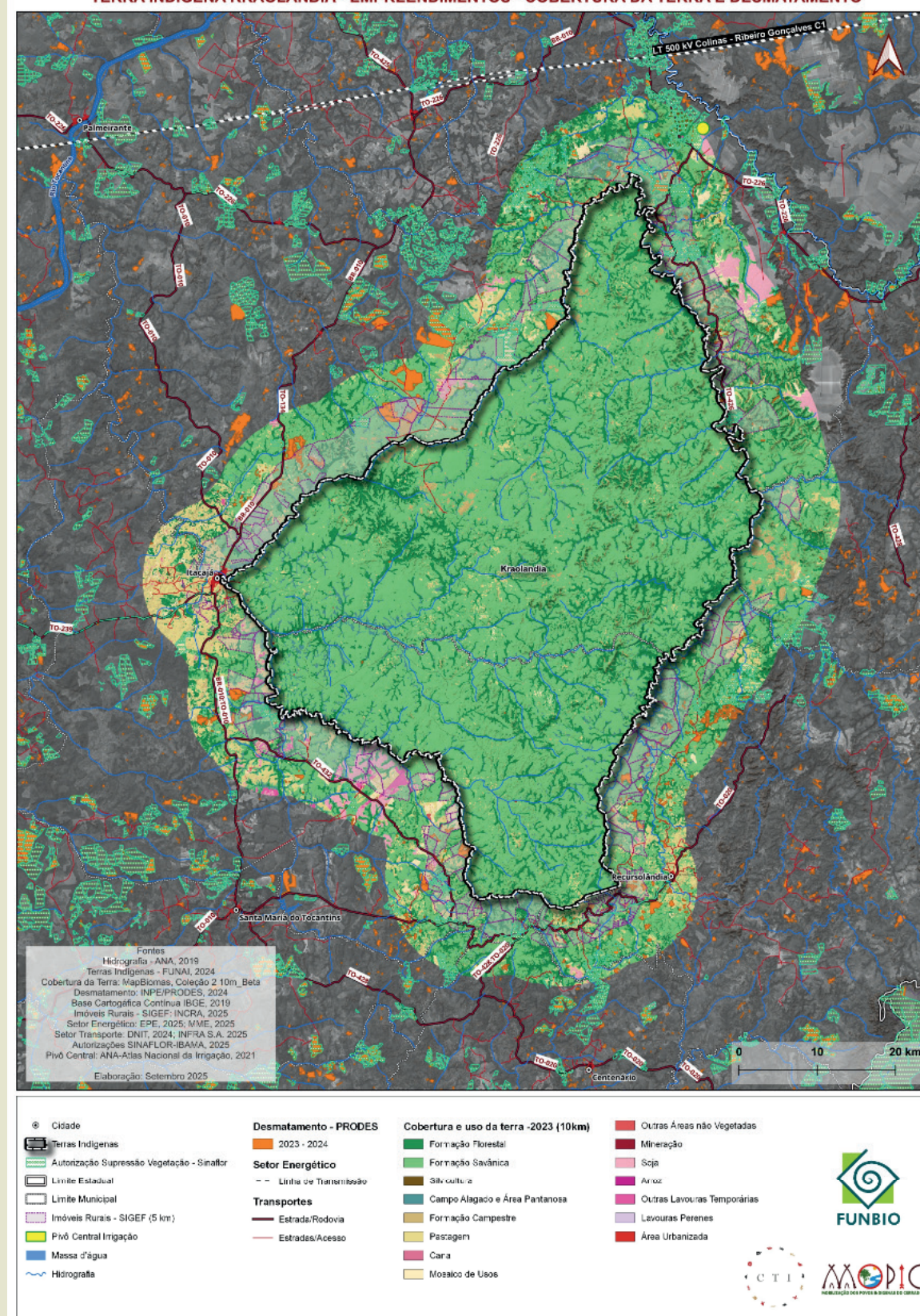
TERRA INDÍGENA KRIKATI - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



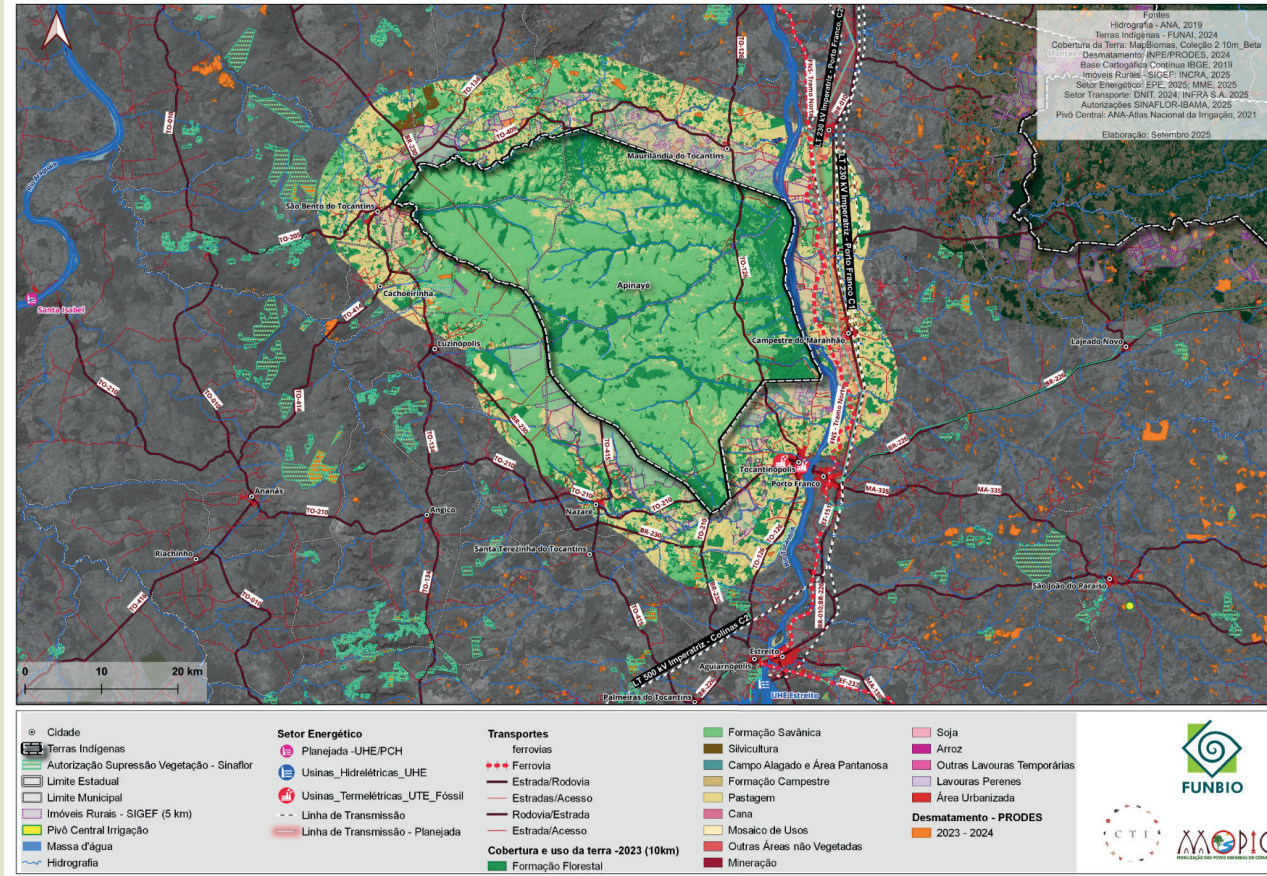
No Tocantins, as terras **Kraôlândia**, **Apinajé** e **Xerente** enfrentam impactos da Ferrovia Norte-Sul, da hidrovia Tocantins-Araguaia e de grandes usinas hidrelétricas como a UHE Lageado e UHE Estreito. Outro ponto de destaque são as rodovias: TO-126, que percorre todo limite da TI Apinajé; TO-010 e TO-245 que percorrem os limi-

tes da TI Xerente; TO-428 e BR-010, que distam respectivamente 3 e 20 km da TI Kraolândia e a fase inicial de interligação da ferrovia Norte-Sul e a Transnordestina. Foram identificados ainda lotes minerários (ouro, diamante, ferro) com status de requerimento e autorização de pesquisa no entorno das TIs Apinajé e Xerente.

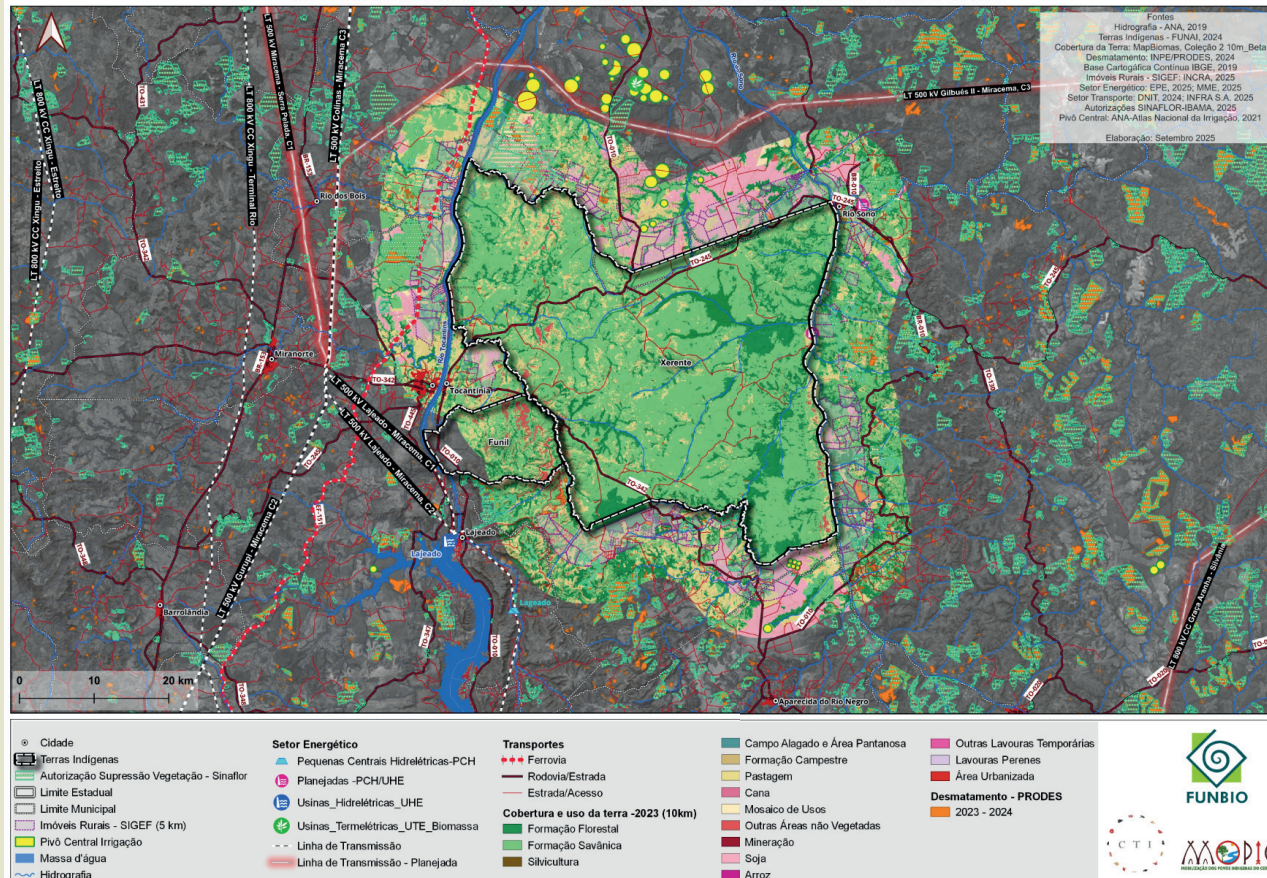
TERRA INDÍGENA KRAOLÂNDIA - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



TERRA INDÍGENA APINAYÉ - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



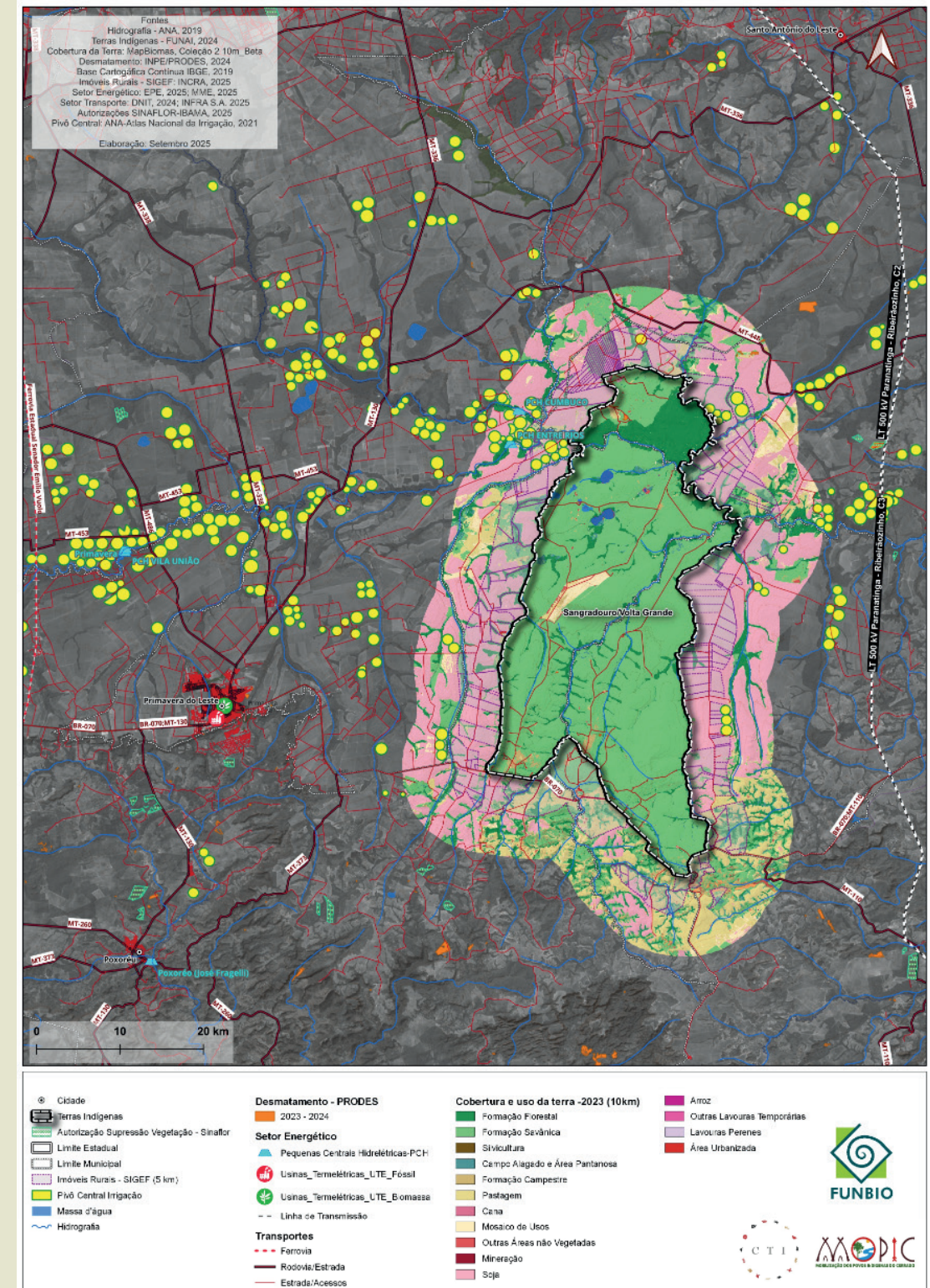
TERRA INDÍGENA XERENTE - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



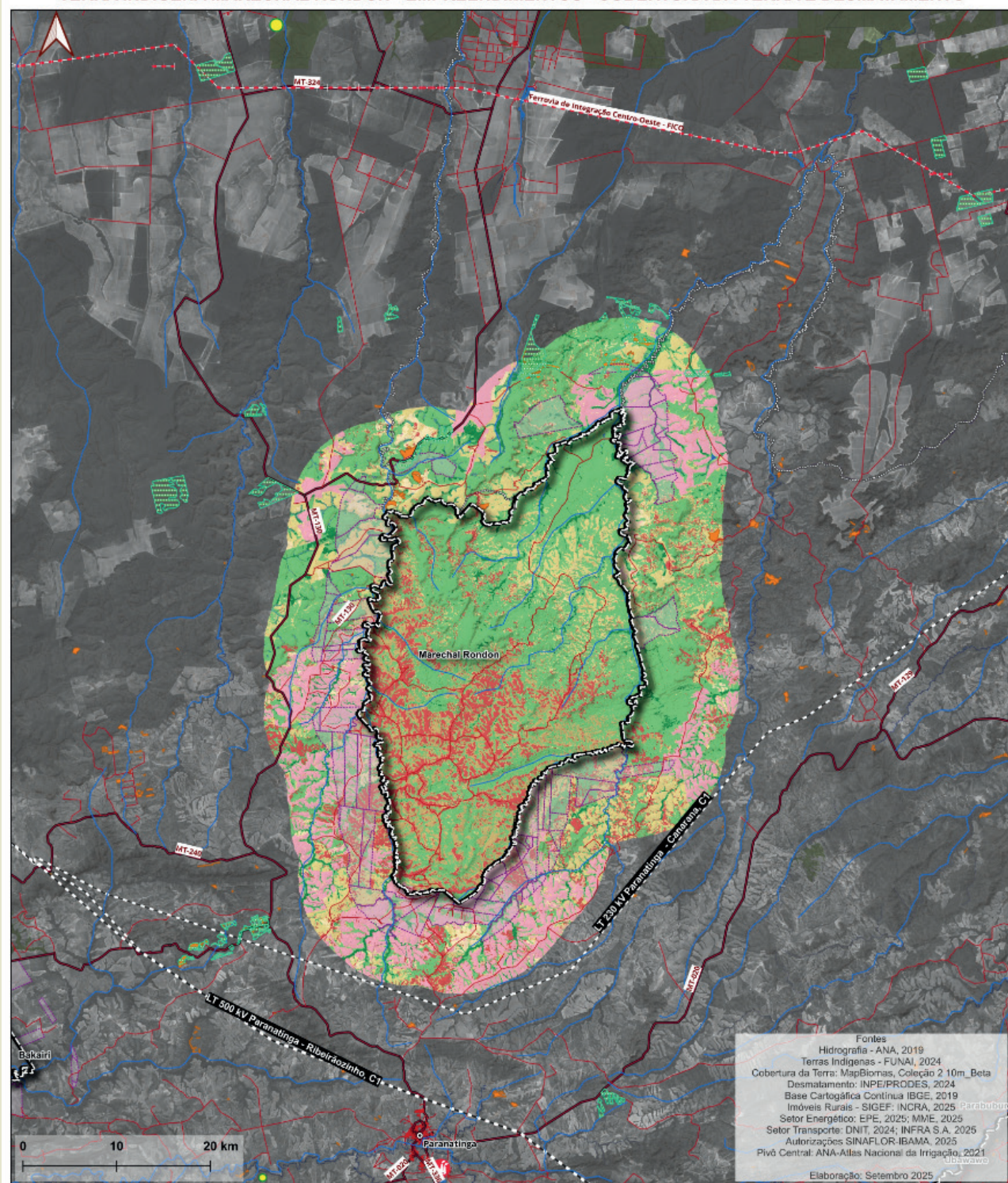
Já no **Mato Grosso**, as terras **Sangradouro e Marechal Rondon**, habitadas pelos Xavante, estão sob forte pressão da sojicultura mecanizada e de projetos de pequenas centrais hidrelétricas (como a PCHs Entre Rios, Cumbuco e Geóloga Lucimar no Rio das Mortes e afluentes), além das obras da BR-070, BR-242 e novas ferrovias planejadas que visam interligar a região, em especial a FICO. A TI Tereza Cristina enfrenta problemas semelhantes pela expansão agrícola e pela abertura

de estradas e expansão da malha ferroviária. As terras **Bakairi**, situadas na região central do Mato Grosso, são diretamente afetadas pela expansão da soja e pelas obras de pavimentação da MT-140 e MT-240, que ampliam o corredor logístico do agronegócio. Ademais, há registro de muitos processos de pesquisa para ouro e diamante no entorno das terras indígenas, ampliando a vulnerabilidade territorial caso haja o potencial confirmado e expansão da exploração.

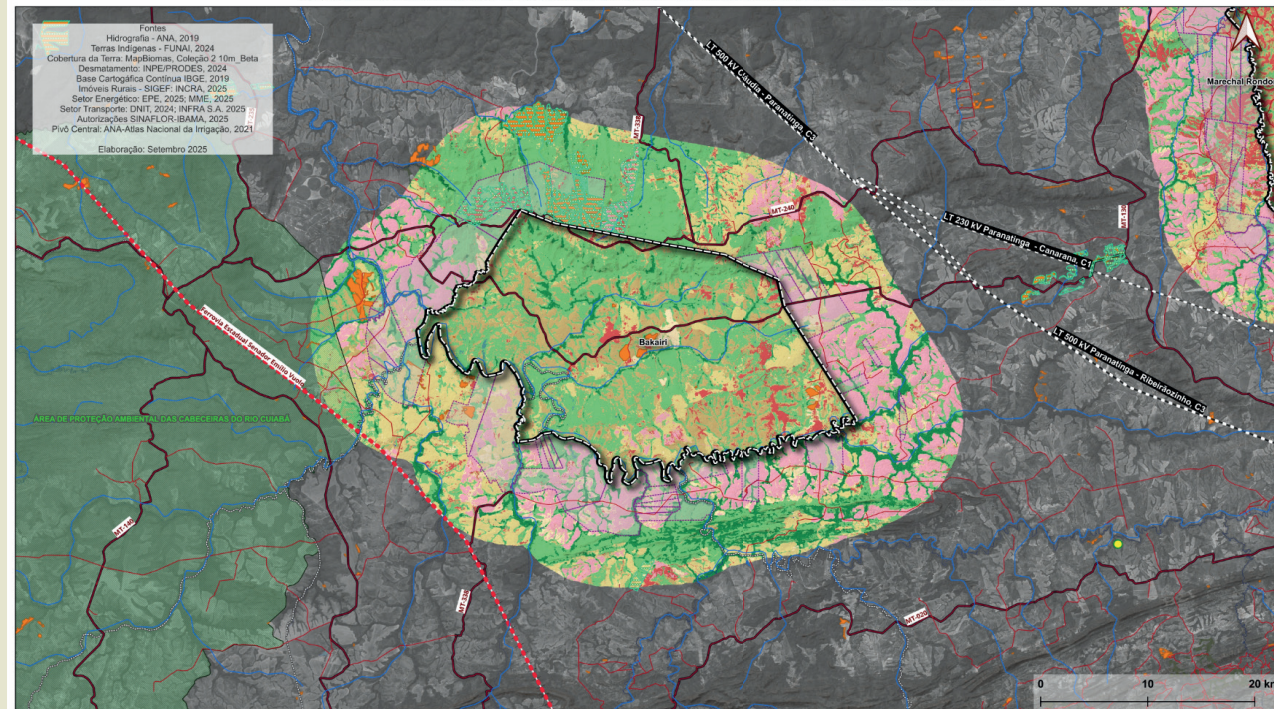
TI SANGRADOURO/VOLTA GRANDE - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



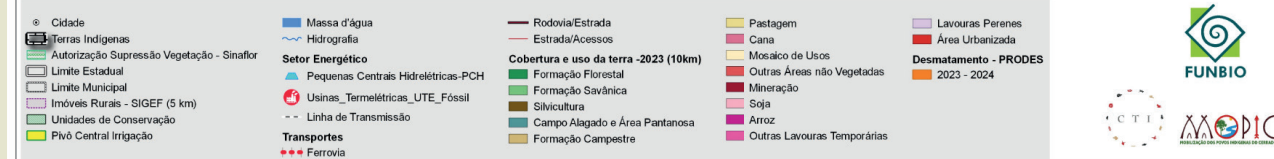
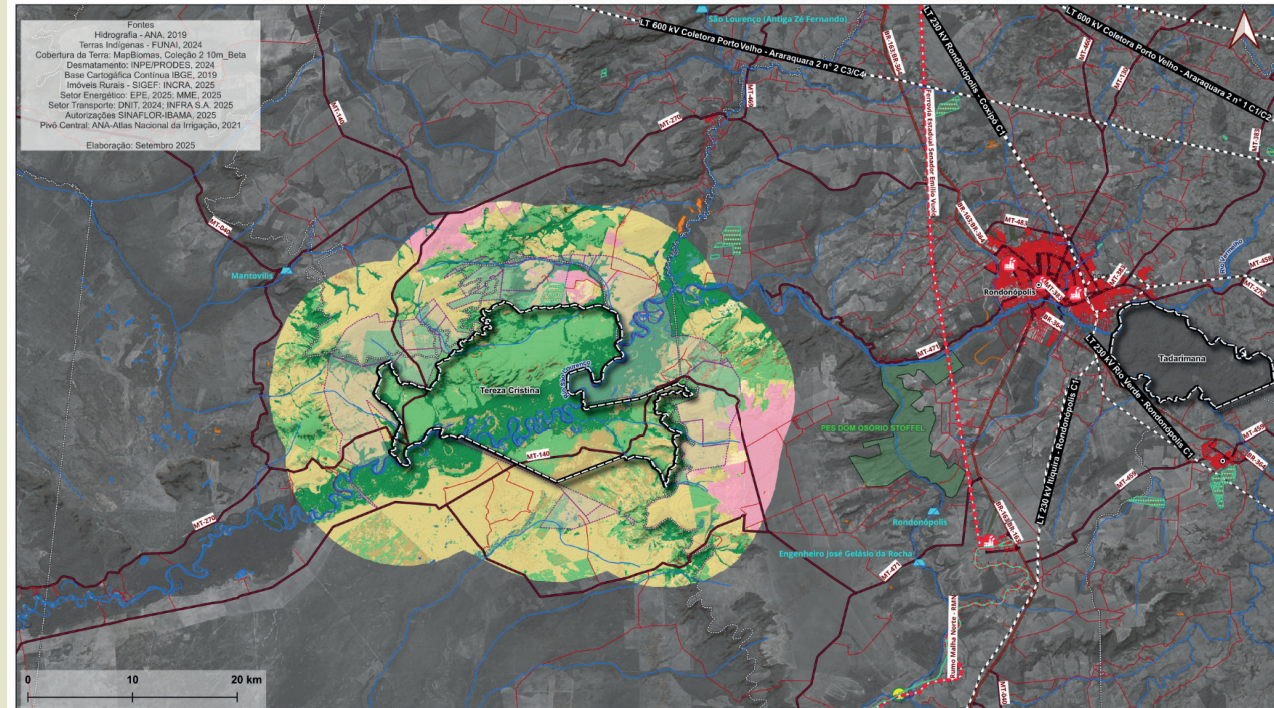
TERRA INDÍGENA MARECHAL RONDON - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



TERRA INDÍGENA BAKAIRI - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO

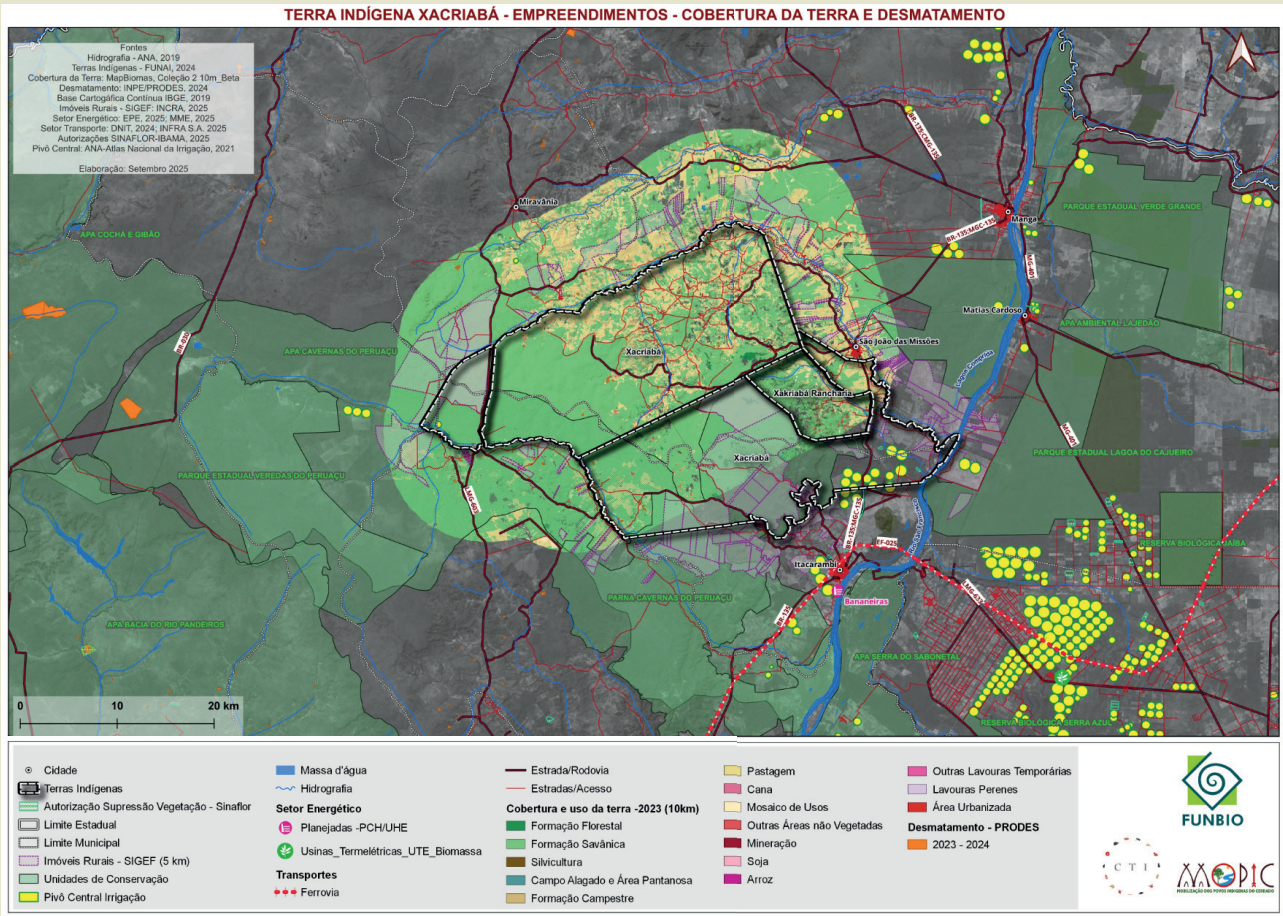


TERRA INDÍGENA TEREZA CRISTINA - EMPREENDIMENTOS - COBERTURA DA TERRA E DESMATAMENTO



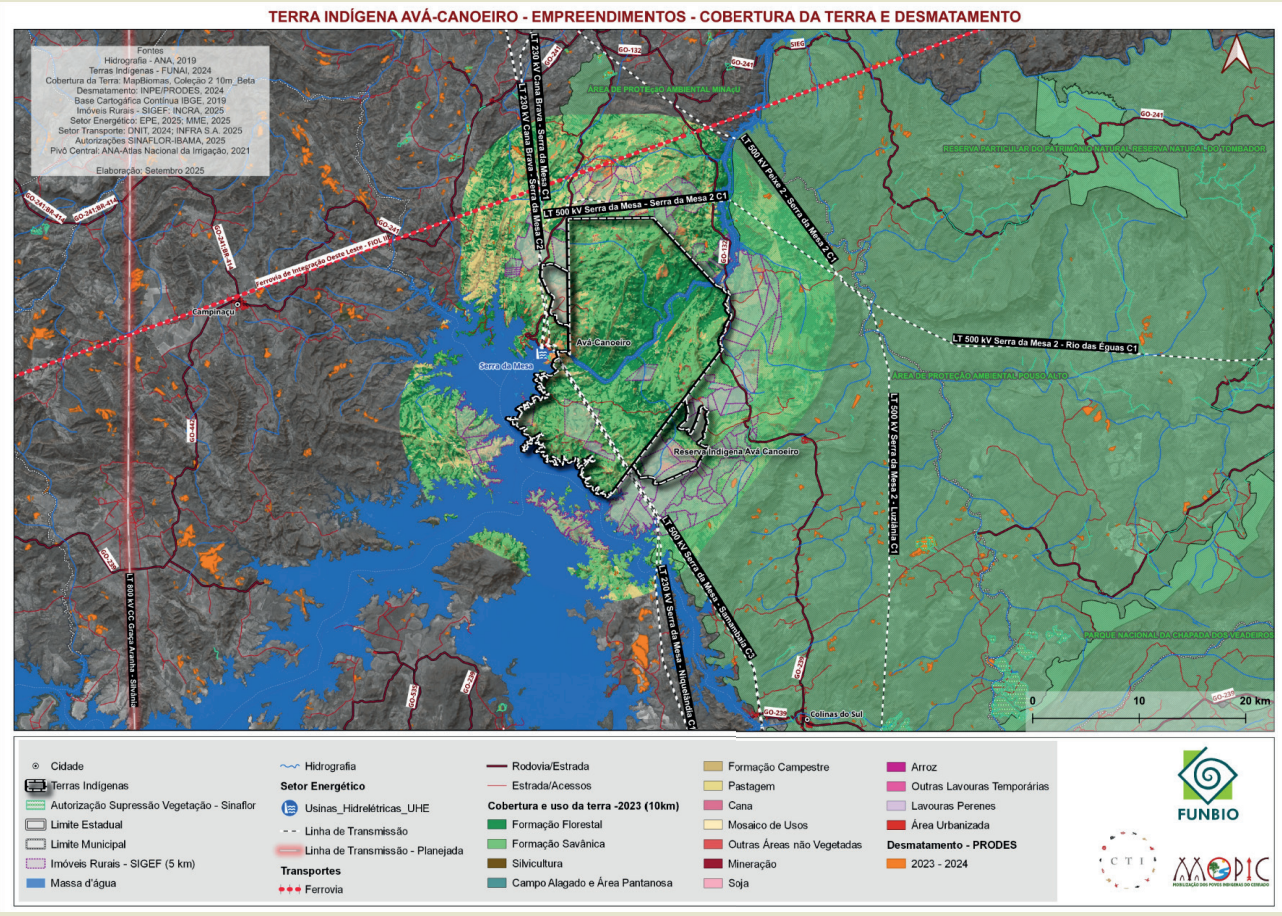
Em **Minas Gerais**, a **TI Xacriabá** vivencia a pressão da agricultura comercial em áreas já homologada, convivendo com conflitos fundiários envolvendo fazendeiros e com a proximidade da BR-135, que passou por processos de

licenciamento ambiental com Estudo do Componente Indígena. Foram identificados lotes minerários de manganês, ouro e fosfato com status de autorização de pesquisa em áreas limítrofes à TI.



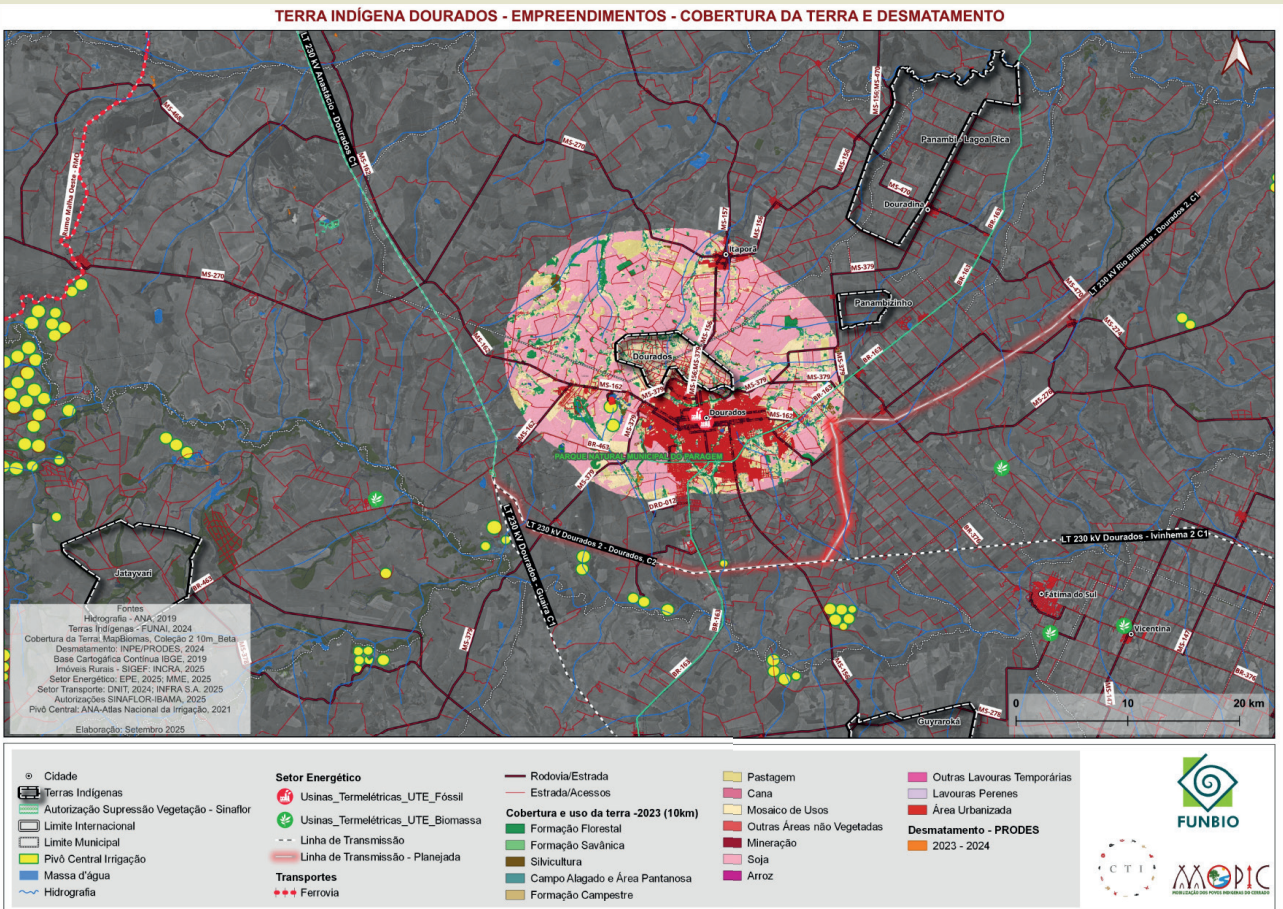
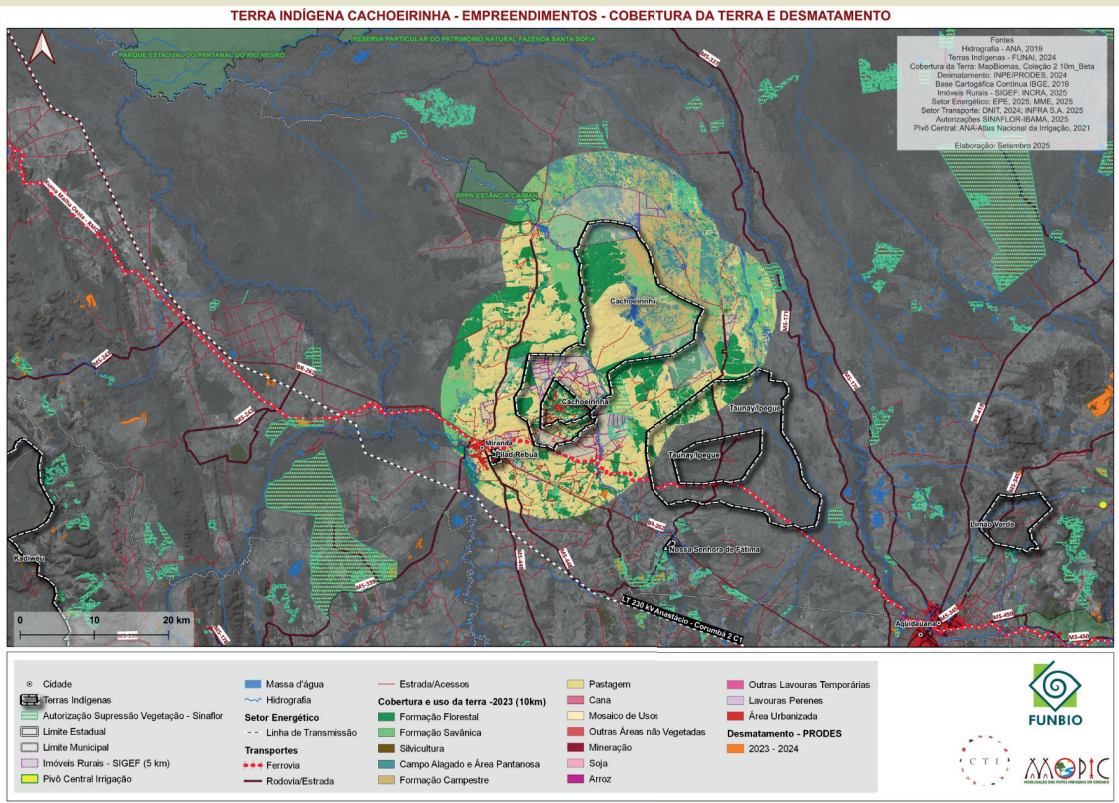
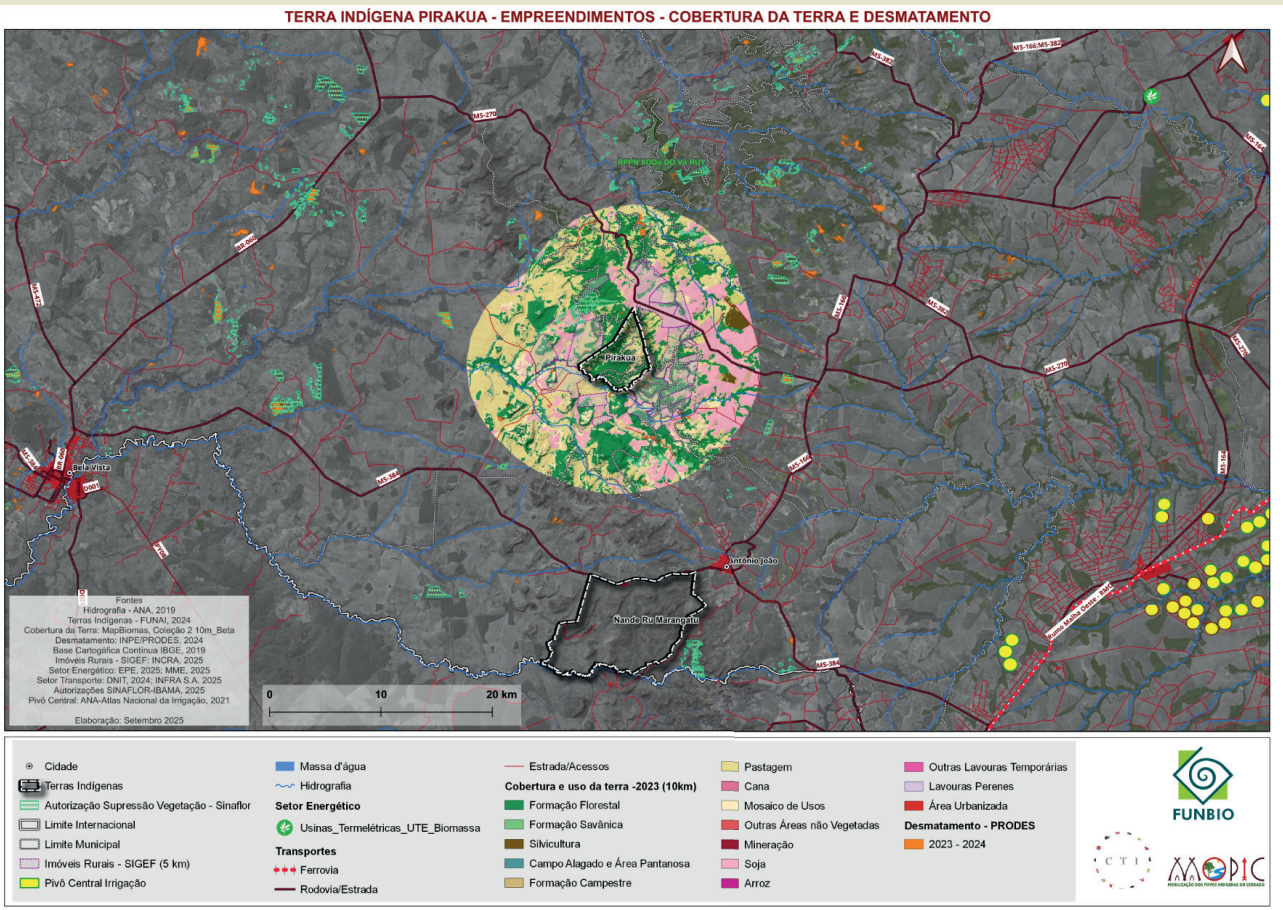
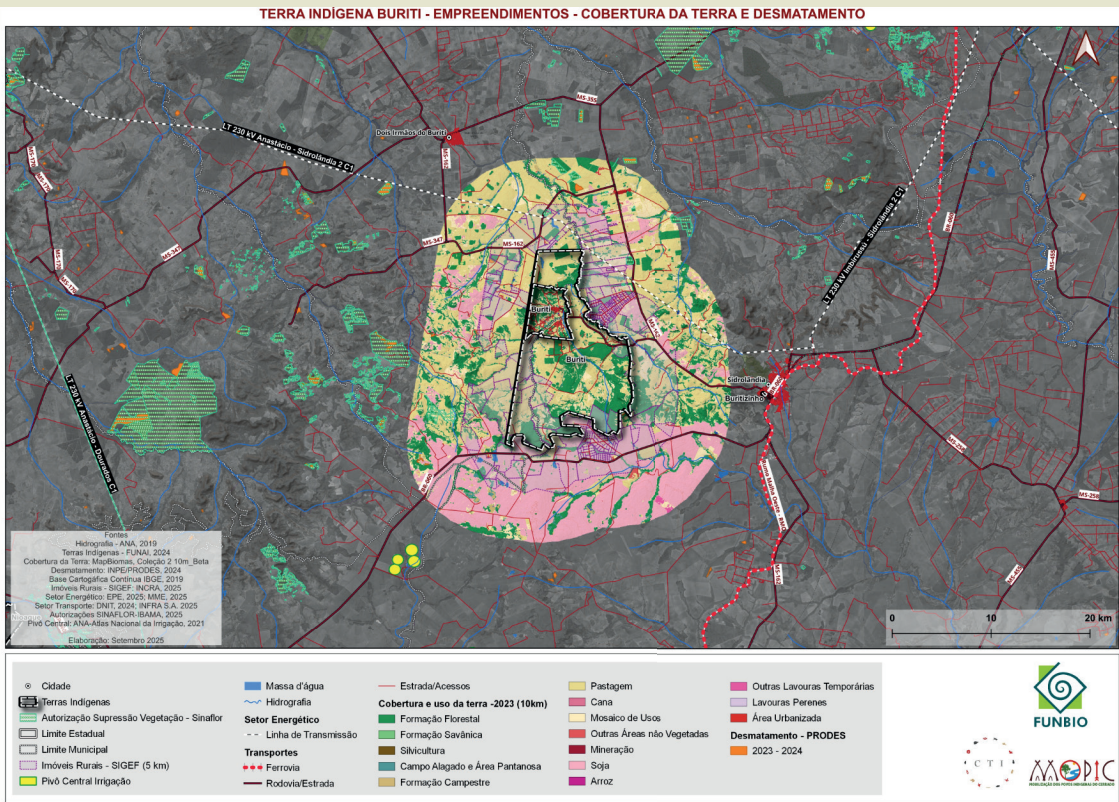
Em **Goiás**, os **Ava-Canoeiro**, têm seu território impactado historicamente por barragens como a UHE Serra da Mesa, além de projetos rodoviários, como a GO-132. Há também um relevante número de processos de mineração

de lavra de areia no interior da TI, datados de 2015, na fase de pesquisa. Além de diversas solicitações minerais no entorno, que devem ser observadas à luz do desenvolvimento da exploração de terras raras no país.



No Mato Grosso do Sul, as terras **Buriti, Cachoeirinha, Pirakuá e Dourados** são pressionadas pelo agronegócio, especialmente pela soja, milho e pecuária, e por projetos de infraestrutura como a Ferrovia RMO (Rondonópolis- Mato Grosso - Operação), que faz parte da malha da Ferrovia Norte- Sul e ainda prevê a conexão com a EFPO - Estrada de Ferro Paraná Oeste. A extensa infraes-

trutura rodoviária fragmenta os territórios, como a BR-060, e rodovias situadas a menos de 1km da TIs Buriti (MS-162), Pirakuá (MS-270), Cachoeirinha (MS-262) e Dourados (MS-156). Um cenário com potenciais conflitos socioambientais. Também foram identificados lotes minerários de ferro, ouro e basalto com autorizações de pesquisa em áreas limítrofes às TIs Cachoeirinha e Pirakuá.



Estratégias de enfrentamento

A questão fundiária é elemento central e primordial para construção de estratégias articuladas na defesa dos territórios indígenas e da preservação ambiental. A regularização dos territórios deveria anteceder ou estar diretamente vinculada a qualquer ação de monitoramento dos empreendimentos planejados e existentes. Nesse sentido, é de suma importância a constante articulação, mobilização e incidência política e jurídica dos povos e organizações indígenas para a regularização fundiária de suas terras, por meio do reconhecimento e demarcação, assegurando aos povos de direito a sua posse plena e usufruto exclusivo, conforme determina as normas constitucionais.

De forma complementar, para fazer frente às ameaças e impactos dos empreendimentos incidentes e/ou no entorno das terras indígenas, os processos de licenciamento ambiental, sobretudo os Estudos de Componente Indígena (ECIs) são cruciais, primeiramente, para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento, e segundo, em sendo viável, para mitigar os impactos destes empreendimentos. Ainda que os ECIs e as medidas de mitigação e compensação sejam formalmente previstos como instrumentos do licenciamento ambiental, sua implementação costuma ser limitada no escopo e no tempo, com poucas medidas mitigadoras e compensatórias diante dos grandes impactos gerados sobre as terras indígenas. Cabe a ressalva que todas as TIs em estudo apresentam um padrão recorrente de ausência ou fragilidade de ECIs, ausência de consulta prévia, livre e informada (Convenção 169 da OIT) e licenciamento fragmentado, com decisões parciais que não consideram impactos cumulativos.

Os vetores de pressão sobre as terras indígenas do Cerrado exigem atenção integrada e contínua, combinando licenciamento ambiental rigoroso, estudos de componente indígena, participação da comunidade e fiscalização efetiva. Nesse sentido foram elencadas algumas recomendações gerais para subsidiar a atuação da MOPI e das demais organizações indígenas:

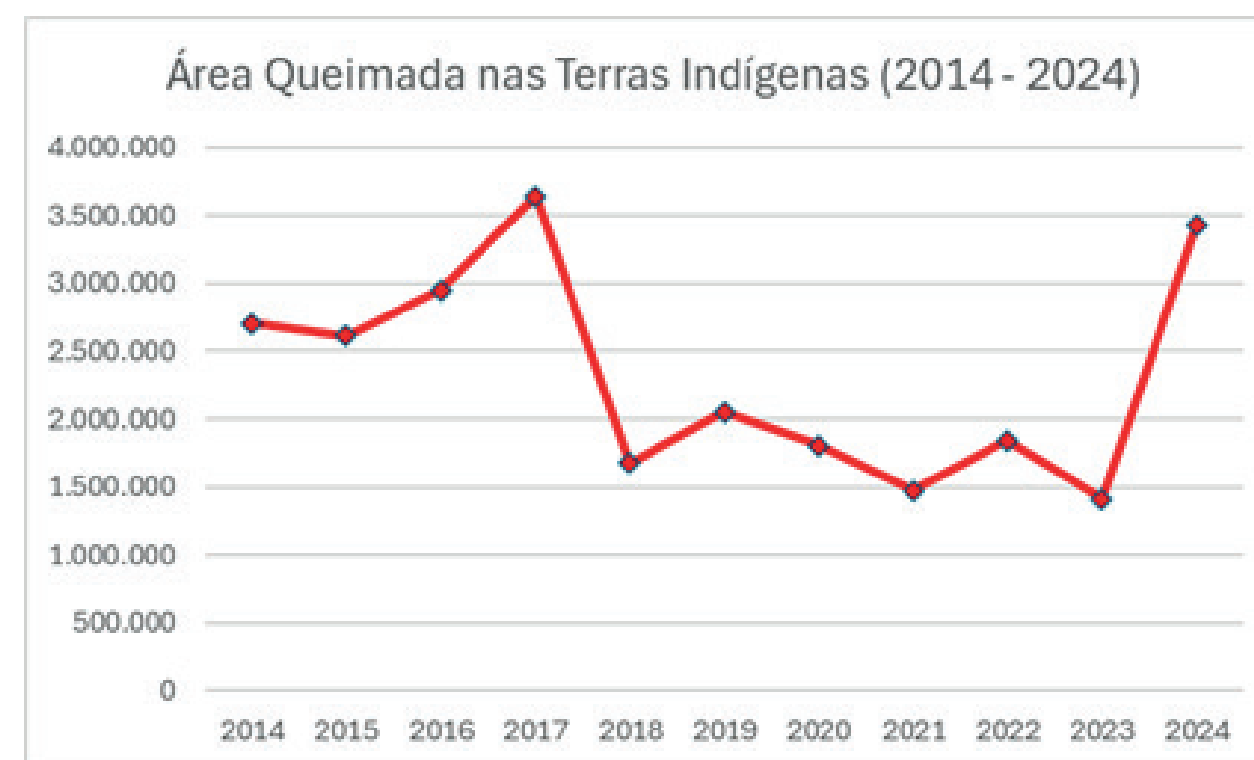
- A articulação entre órgãos públicos, lideranças indígenas e sociedade civil, de modo a garantir participação ativa do órgão indigenista e lideranças indígenas em todos os processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos;
- Assegurar a realização de consulta prévia, livre e informada (CPLI) conforme Convenção 169 da OIT;
- Exigir a realização de Estudos de Componente Indígena (ECI) completos e prévios, antes de qualquer intervenção;
- Garantir a participação ativa das comunidades indígenas impactadas pelos empreendimentos na estruturação e implementação dos PBAs (Programa Básico Ambiental), enquanto mecanismo de compensação ambiental dos impactos que deve conter ações efetivas;
- Priorizar ações de fiscalização sobre rodovias e ferrovias que cruzam ou tangenciam a TIs, para mitigação de acidentes e pressões sociais;
- Implementar monitoramento participativo da qualidade da água e do solo; intensificar a fiscalização contra invasões e mineração ilegal.

Fogo no Cerrado : Áreas Queimadas

Nos últimos anos, a intensificação de pressões antrópicas — como desmatamento, expansão agropecuária e uso inadequado do fogo — somada à variabilidade climática e a eventos de estiagem prolongada, tem ampliado a extensão e a severidade das áreas queimadas no interior de TIs. Esse cenário coloca em risco não apenas a integridade ecológica dos territórios, mas também suas funções socioculturais, com impactos diretos sobre modos de vida, manejo tradicional e patrimônio imaterial dos povos indígenas.

A partir de uma síntese da dinâmica das queimadas em TIs no Cerrado no período 2014–2024, foi gerado um gráfico que revela um comportamento não linear, com variações acentuadas ao longo do período analisado. Os valores oscilam entre um mínimo em 2021 e dois picos máximos em 2017 e 2024, evidenciando que incêndios de grande magnitude não são eventos isolados, mas recorrentes (gráfico 01).

GRÁFICO 1 Área queimada nas TIs



Os dados referentes às áreas queimadas no período de 2014 a 2024 foram obtidos no MapBiomas Fogo – Coleção 4, que utiliza imagens Landsat (30 m) e inclui etapas de processamento, detecção e validação.

Com o objetivo de definir áreas prioritárias, elaborou-se um ranking anual das 20 Terras Indígenas (TIs) com maior área queimada entre 2014 e 2024, que quantifica, em hectares, as extensões de áreas queimadas no interior das Terras Indígenas.

Em todos os anos, o Parque do Araguaia aparece disparado como a TI com maior área queimada, chegando a quase 900 mil hectares em 2017. Mesmo em anos de menor intensidade (2018, 2020, 2021, 2022), continua ocupando a liderança absoluta no ranking. Tal padrão

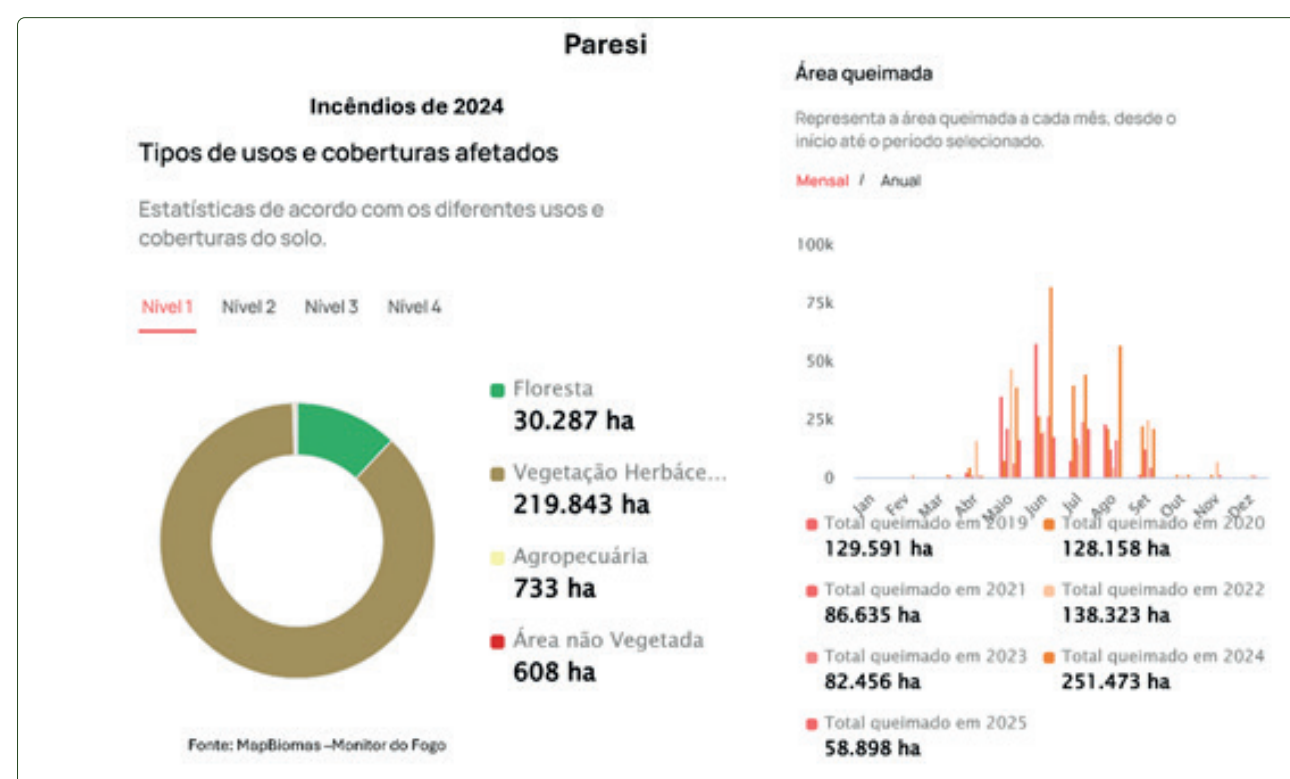
sugere não apenas a recorrência do fogo como fenômeno estrutural, mas também a existência de fragilidades relacionadas à resiliência ambiental do território.

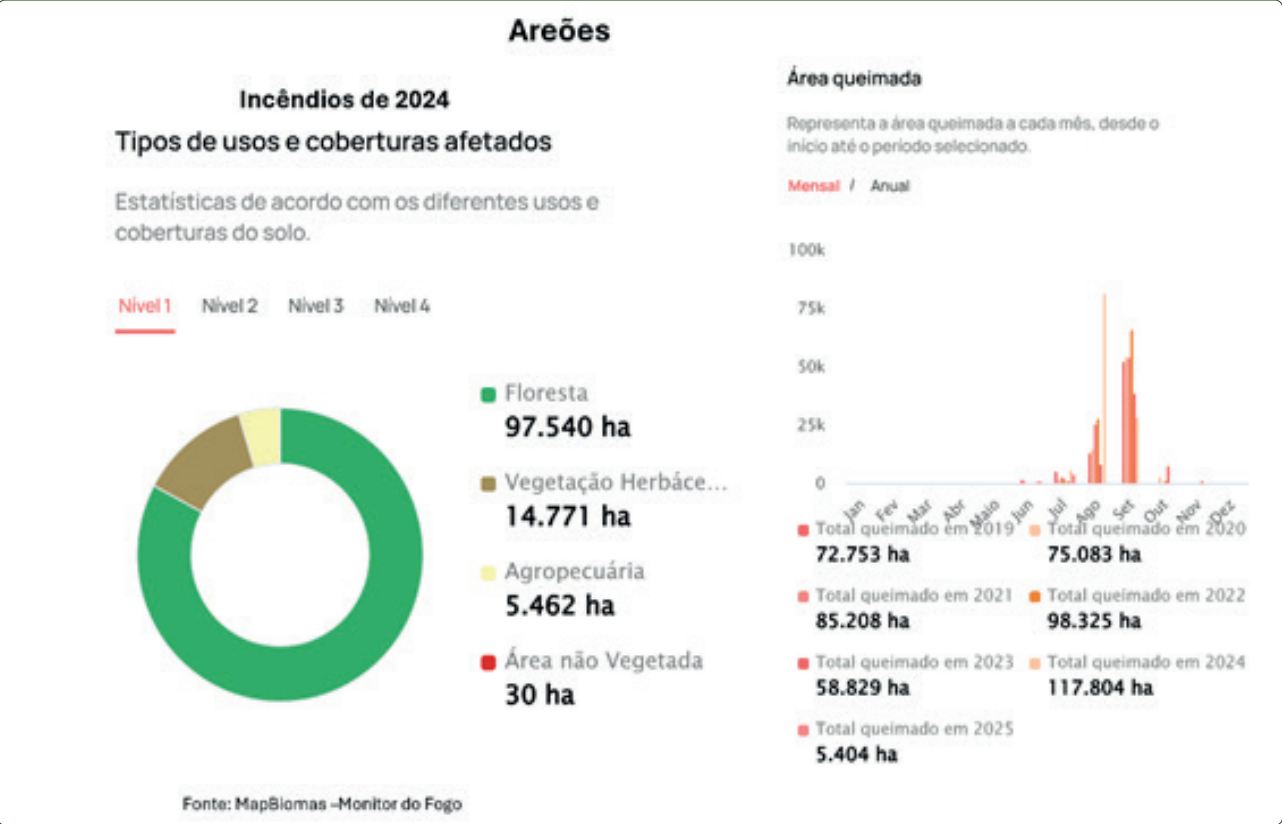
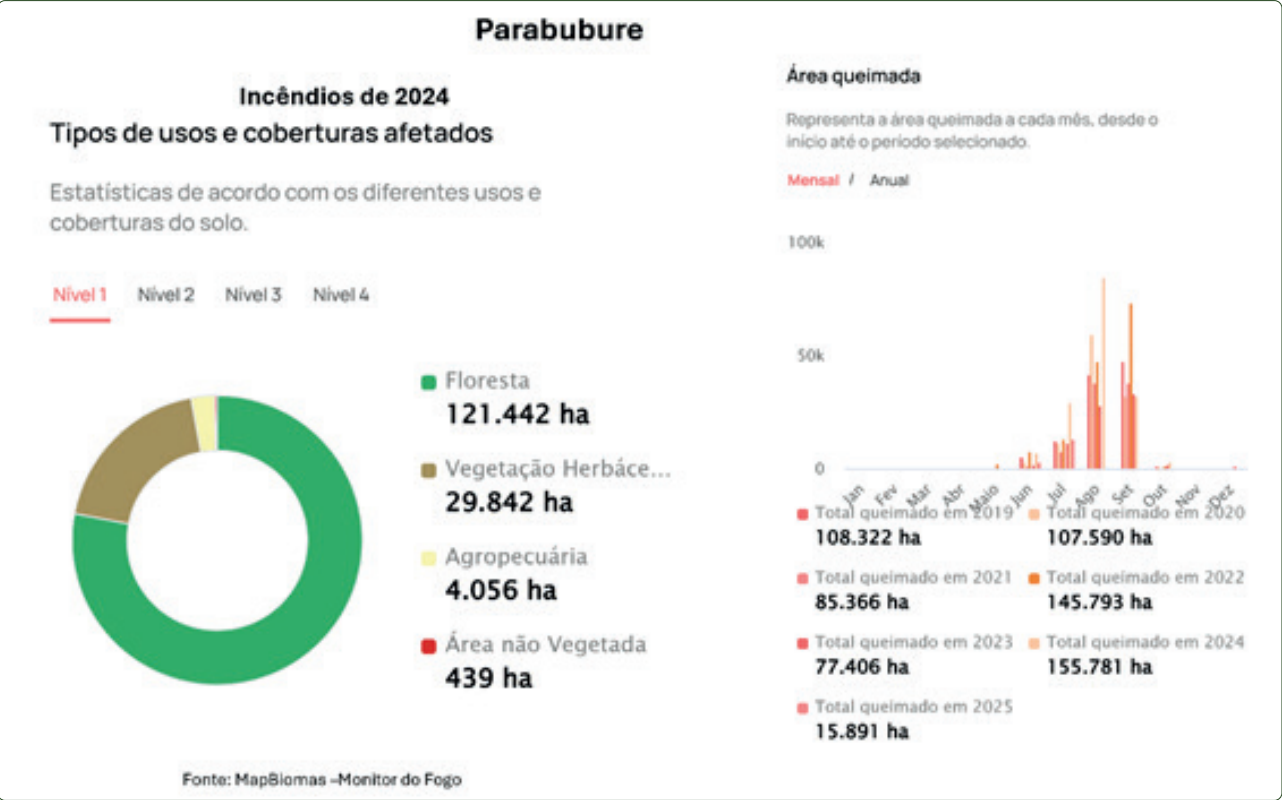
As terras indígenas Pimentel Barbosa, Inawébohona, Paresi, Kraolândia, Parabubure, Maráiwatsédé, Xavante (Areões, Ubawawe, São Marcos-MT e etc.) aparecem constantemente entre os 20 primeiros.

A partir dos dados, conclui-se que os incêndios são crônicos em determinadas regiões, especialmente no Mato Grosso e Tocantins. Observa-se que determinados territórios figuram de maneira pontual no ranking, como é o caso da Terra Indígena Arariboia em 2019, Sangra-

douro/Volta Grande nos anos de 2017 e 2022, e Tirecatinga em 2022. Tal ocorrência sugere que, para além das áreas sistematicamente impactadas por incêndios, outros territórios podem ser severamente afetados em determinados anos, em função de variáveis climáticas e da intensificação de pressões antrópicas específicas no período considerado.

Para o ano de 2024, período com maior severidade registrada ao longo da série histórica, foi feita uma análise sobre os tipos de uso e cobertura da terra impactados no interior das TIs mais atingidas, com base na ferramenta “Monitor do Fogo” do MapBiomas, que culminou com os gráficos referentes às 9 Terras Indígenas mais impactadas no período:





Nos dados apresentados, observa-se que os tipos de uso e cobertura da terra mais afetados são florestas e vegetações herbáceas. Incêndios em ambos os tipos de coberturas implicam em impactos significativos na recarga hídrica e biodiversidade no geral. Portanto, a predominância da floresta na composição das áreas queimadas sinaliza que os incêndios não se restringem a áreas abertas, afetando também ecossistemas mais densos e complexos.

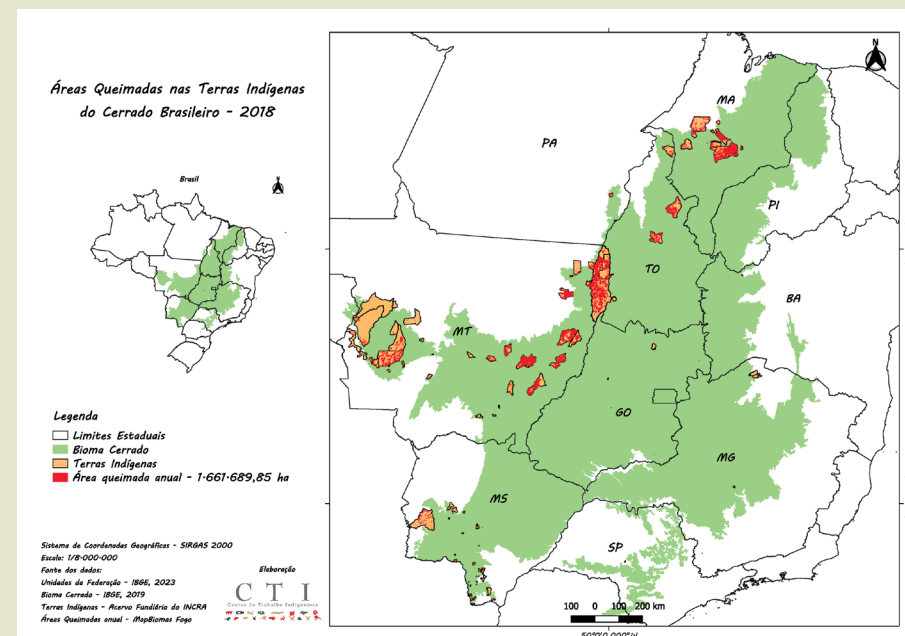
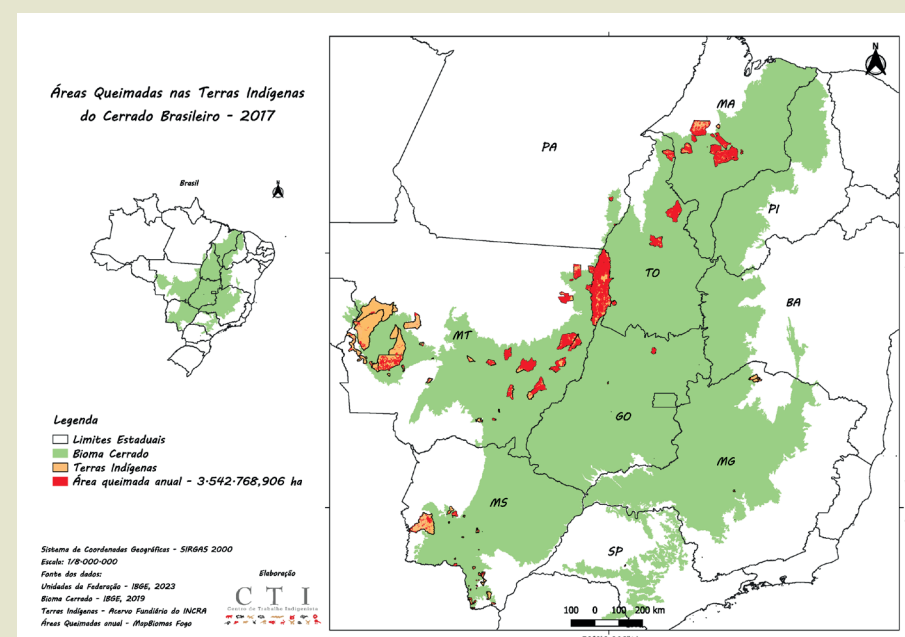
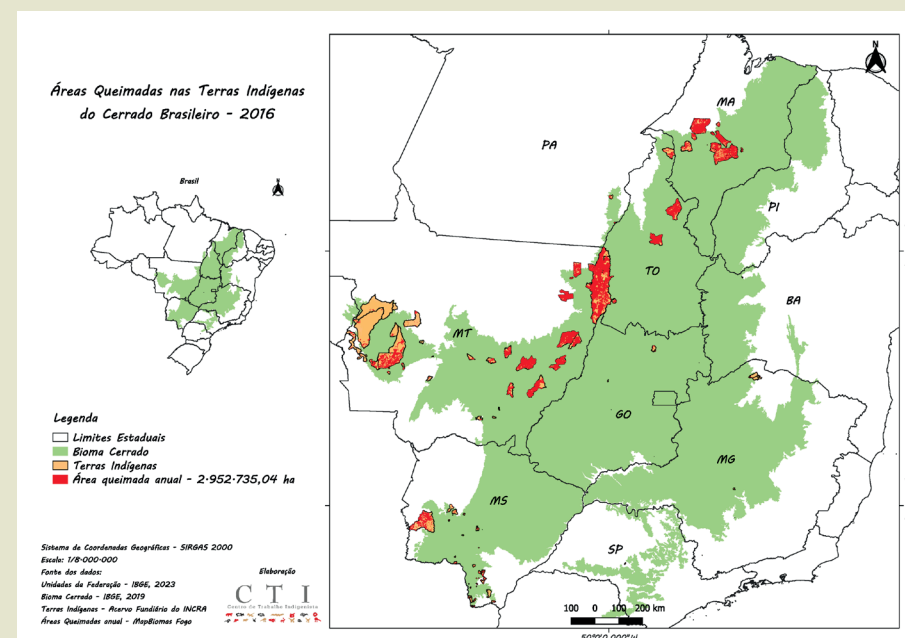
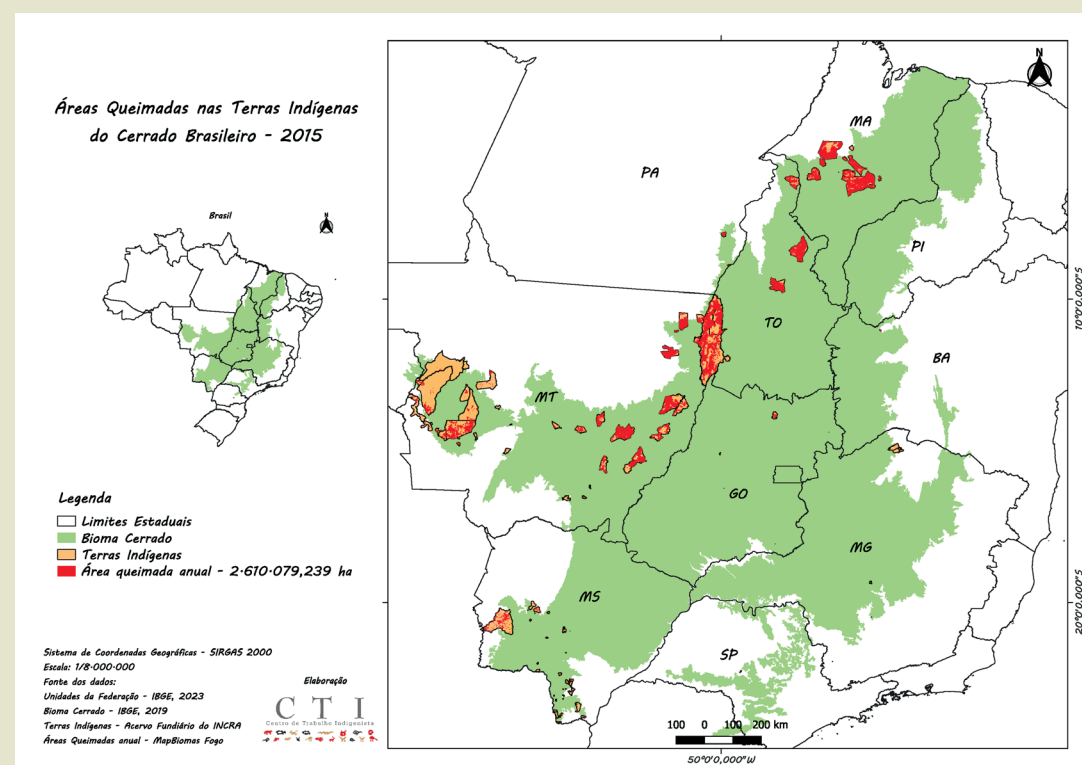
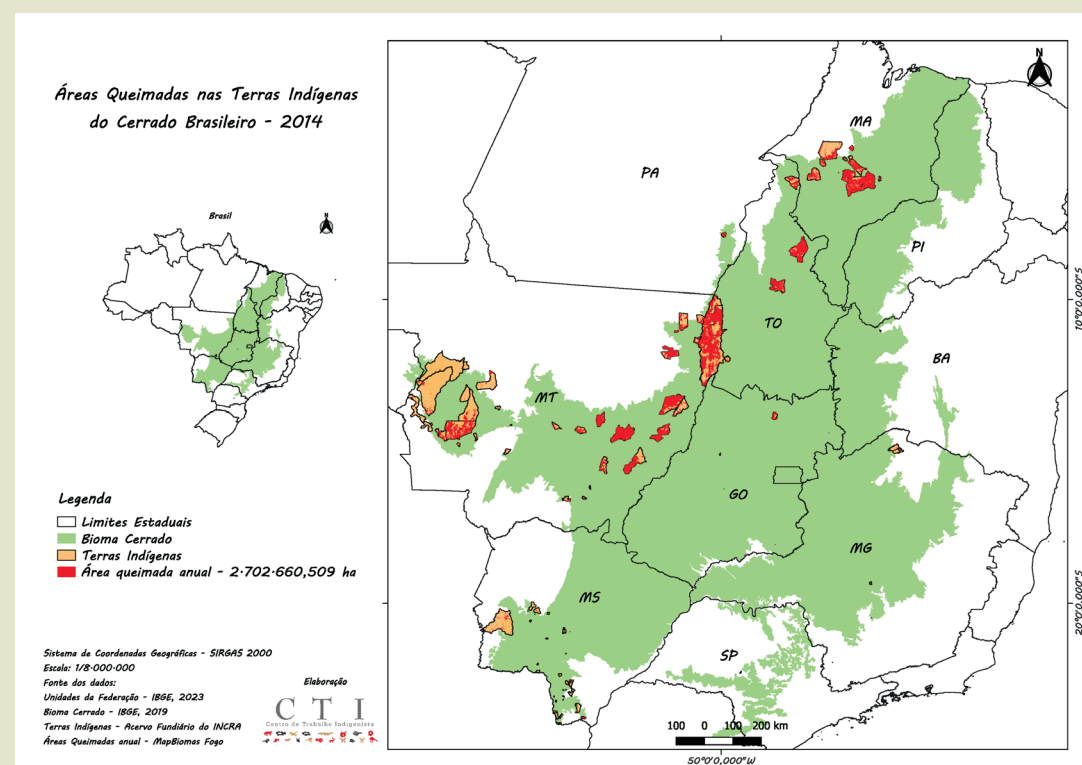
Esses dados corroboram a hipótese de que a vulnerabilidade desses territórios está diretamente relacionada à interação sinérgica entre condicionantes climáticos e pressões antrópicas, comprometendo sua capacidade de resiliência ecológica e reforçando a urgência de estratégias de manejo integrado e políticas públicas específicas de mitigação e adaptação.

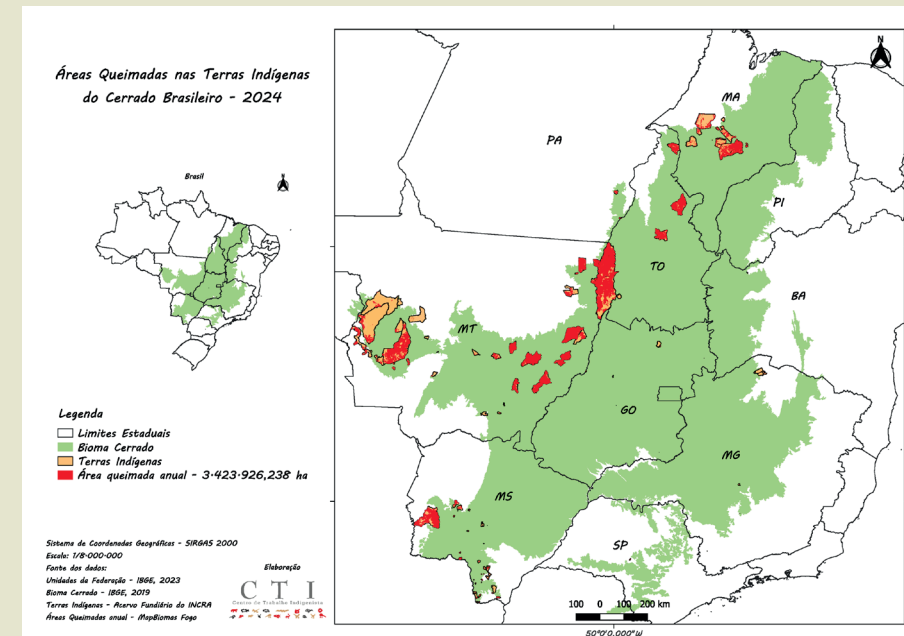
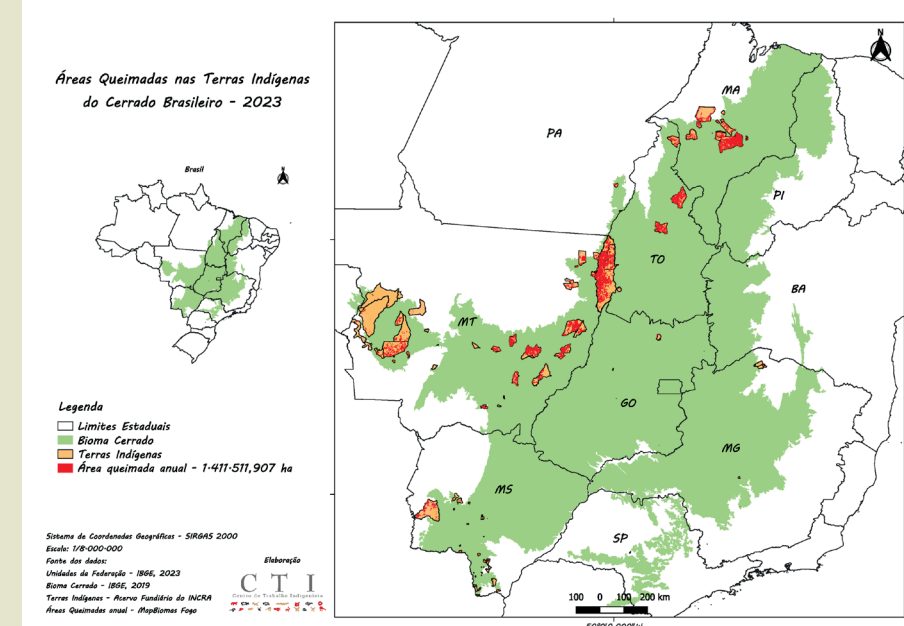
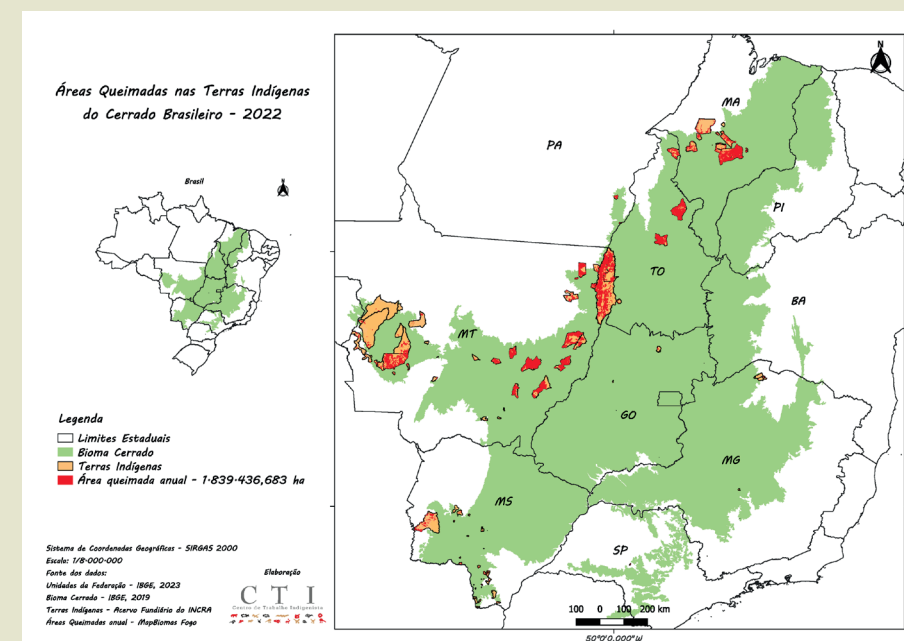
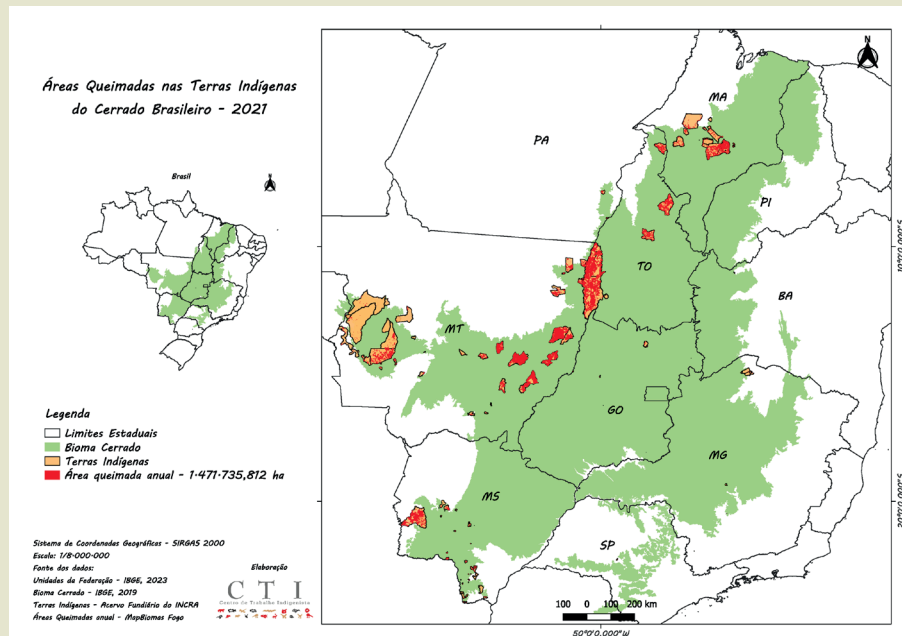
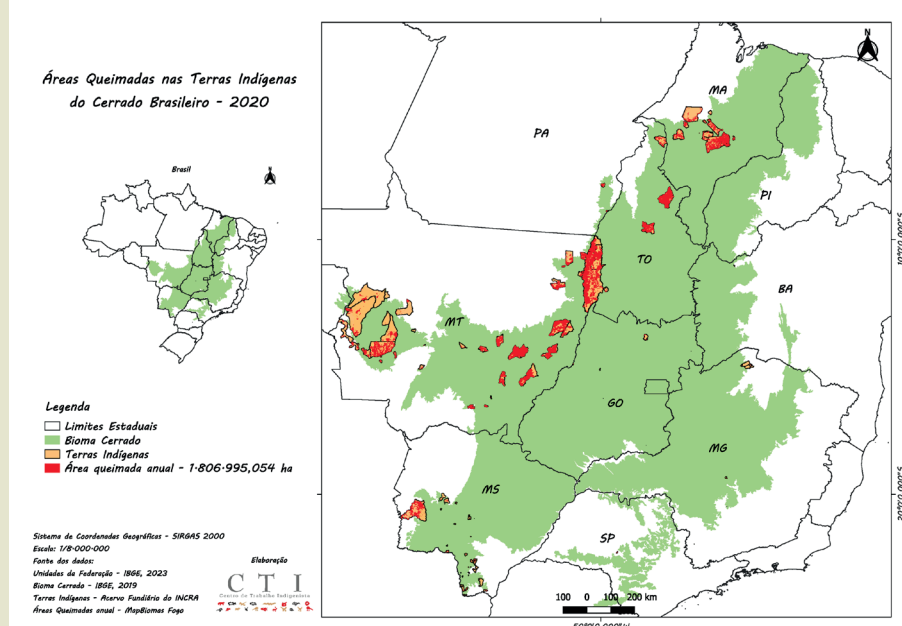
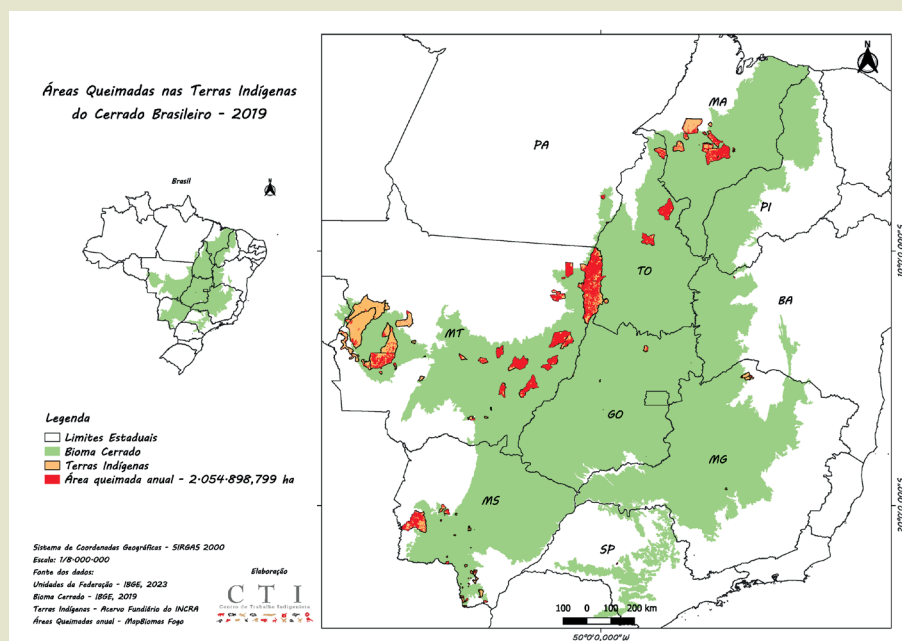


Mapas Anuais das Áreas Queimadas em TIs

Os mapas anuais (2014–2024) demonstram de forma visual a expansão e a retração das áreas queimadas, evidenciando padrões espaciais recorrentes: o Parque do Araguaia figura como epicentro do fogo, com recorrência anual e, em alguns anos, ultrapassando 800 mil hectares queimados. Outros territórios, como Pimen-

tel Barbosa, Paresi, Inawébohona e Kraolândia, apresentam reincidência frequente, o que sinaliza uma condição crônica de vulnerabilidade. A presença pontual de TIs como Araribóia (2019), Sangradouro/Volta Grande (2017 e 2022) e Tirecatunga (2022) mostra que, além das áreas sistematicamente afetadas, há territórios que, em determinados anos, sofrem impactos severos devido à combinação entre fatores climáticos extremos e pressões específicas.





Fonte: MapBiomas Fogo (Coleção 4), CTI.

Brigadas Federais e Brigadas Voluntárias em TIs

Programa de Brigadas Federais (Briga- das Federais de Incêndio – Brif)¹ é coor- denado pelo Ibama no âmbito do Manejo Integrado do Fogo, uma abordagem ampla e estratégica de planejamento e gestão do uso do fogo em paisagens naturais e áreas rurais que integra fatores ecológicos, so- cioeconômicos, culturais e técnicos.

O Programa forma e contrata equipes capacitadas para atuar no período críti- co de queimadas com prevenção, mane- jo e combate em territórios prioritários. As brigadas são selecionadas anualmente por edital, com contratos de seis meses e oferta de capacitação, equipamentos e equipamentos de proteção individual EPIs; cada unidade opera, em geral, com 15 a 45 brigadistas, executando ações como moni- toramento e combate, queima prescrita e organização de queimas de roça, constru- ção de aceiros, educação ambiental e apoio à recuperação de áreas. Entre os objetivos do programa estão: reduzir a ocorrência, o impacto e a extensão dos incêndios, im- plementar o manejo integrado em áreas selecionadas e apoiar estados e municípios em eventos de grande magnitude, além de contribuir para a implantação de estrutu- ras eficientes de controle de queimadas nos entes subnacionais.

Além das Brigadas formadas pelo PrevFogo, também existem as Brigadas Vo- luntárias, composta por colaboradores voluntários que desenvolvem atividades de prevenção e combate a incêndios flo- restais e outras atividades relacionadas

1 BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Sobre o Programa de Brigadas Federais. Brasília: IBAMA, 14 maio 2025. Disponí- vel em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscaliz- zacao-e-protecao-ambiental/manejo-integrado-do-fogo/sobre-o-programa-de-brigadas-federais>.

ao manejo integrado do fogo. Nas Terras Indígenas, a distribuição de brigadas res- ponde a um conjunto específico de con- dicionantes territoriais e socioculturais: extensões contínuas de vegetação susce- tível, bordas sob pressão (desmatamento, expansão agropecuária, caça e pesca ir- regulares), vias de acesso que funcionam como corredores de ignição e sazonalida- de marcada da estiagem. Nesses contex- tos, as brigadas indígenas desempenham dupla função: de um lado, a contenção imediata de focos e a proteção de aldeias, roças e áreas de uso tradicional; de outro, o manejo preventivo orientado por calen- dários sazonais, saberes locais e protoco- los comunitários (queima prescrita, acei- ros, limpeza de margens de estradas e trilhas, proteção de veredas e nascentes).

De todo modo, persistem desafios estruturais como as grandes distâncias, cobertura de comunicação intermiten- te, financiamento irregular, renovação de equipamentos e necessidade de compati- bilizar o uso tradicional do fogo com as ja- nelas técnicas do manejo integrado. Esses fatores reforçam a prioridade das TIs no desenho espacial das brigadas e justifi- cam estratégias de longo prazo que com- binem prevenção, resposta e recuperação ecológica pós-fogo.

As tabelas abaixo consolidam 36 BRI- Fs Indígenas vinculadas ao PrevFogo em 2025 e 12 Brigadas Indígenas Voluntárias (BIV), distribuídas em oito unidades fede- rativas do Cerrado. As BIVs foram iden- tificadas através de pesquisa ativa com coletivos, os números não são conclusivos e serão revisados sempre e quando forem identificadas e/ou formadas novas briga- das indígenas voluntárias.

TABELA 2 BRIFs Indígenas (PrevFogo/SISFOGO 2025)

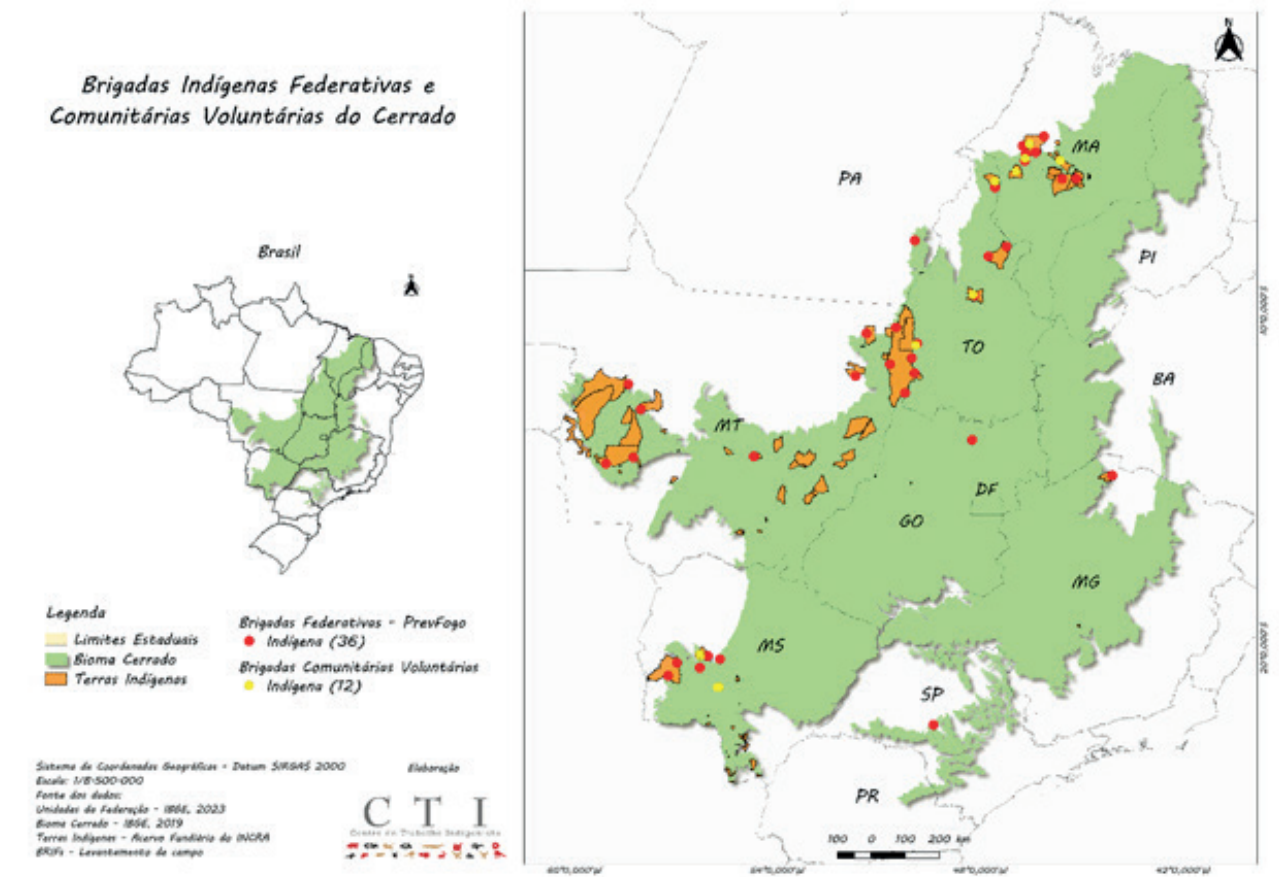
Nº	NOME DA BRIF (PREVFOGO)	UF	TI DE ATUAÇÃO	Nº BRIGADISTAS
1	BRIF-I Avá	GO	TI Avá-Canoeiros	15
2	BRIF-I Canudal	MA	TI Araribóia	15
3	BRIF-I Governador	MA	TI Governador	22
4	BRIF-I Juçaral	MA	TI Araribóia	15
5	BRIF-I Lagoa Comprida	MA	TI Araribóia	15
6	BRIF-I Zutiwa	MA	TI Araribóia	15
7	BRIF-I Lagoa Branca	MA	TI Araribóia	15
8	BRIF-I Kanela	MA	TI Kanela	15
9	BRIF-I Porquinhos	MA	TI Porquinhos	15
10	BRIF-I Krikati	MA	TI Krikati	15
11	BRIF-I Xacriabá	MG	Terras Indígenas Xacriabá, Xakriabá Rancharia e Xacriabá Reestudo	29
12	BRIF-I Terena I	MS	TI Aldeia Limão Verde	15
13	BRIF-I Terena II	MS	TI Taunay/Ipegue/	22
14	BRIF-I Lalima	MS	TI Lalima	15
15	BRIF-I Terena III	MS	TI Cachoeirinha/Aldeia Babaçu	15
16	BRIF-I Kadiwéu I	MS	TI Kadiweus/Aldeia Alves de Barros	15
17	BRIF-I Kadiwéu III	MS	TI Kadiweus/Aldeia Tomásia	15
18	BRIF-I Maraiwãtsedé	MT	Terra Indígena Marãiwatsédé	15
19	BRIF-I Manoki	MT	T.I. Irantxe	13
20	BRIF-I Myky	MT	T.I. Menkü	15
21	BRIF-I Juininha	MT	T.I. Juininha	13
22	BRIF-I Bakairi	MT	T.I. Bakairi	22
23	BRIF-I Urubu Branco	MT	Terra Indígena Urubu Branco	15
24	BRIF-I Paresi	MT	T.I. Paresi	22
25	BRIF-I Las Casas	PA	T.I. Las Casas	15
26	BRIF-I Araribá	SP	Terra Indígena Araribá	15
27	BRIF-I Javaé	TO	TI Parque do Araguaia	15
28	BRIF-I Karajá	TO	TI Parque do Araguaia	15
29	BRIF-I Sul da Ilha	TO	TI Parque do Araguaia	15
30	BRIF-I Krahô	TO	TI Kraolândia	15
31	BRIF-I Krahô Norte	TO	TI Kraolândia	15
32	BRIF-I Krahô-Kanela	TO	TI Krahô-Kanela	15
33	BRIF-I Nordeste da Ilha	TO	TI Parque do Araguaia	15
34	BRIF-I Noroeste da Ilha	TO	TI Parque do Araguaia	15
35	BRIF-I Apinayé	TO	TI Apinayé	15
36	BRIF-I Xerente	TO	TI Xerente/Funil	15
NÚMERO TOTAL DE BRIGADISTAS				578

TABELA 3 Brigadas Indígenas Voluntárias no Cerrado

Nº	NOME DA BIV	UF	TI DE ATUAÇÃO
1	Brigada Água Branca	MS	TI Nioaque
2	Brigada Aldeia Brejão	MS	TI Nioaque
3	Brigada Apinajé	TO	TI Apinajé
4	Brigada Comunitária Voluntária Aldeia Morrinho	MS	TI Cachoeirinha
5	Brigada Feminina Comunitária Catiji	MA	TI Governador - etnia Gavião
6	Brigada Florestal Comunitária Feminina Krikati	MA	TI Krikati
7	Brigada Juçaral	MA	TI Arariboia
8	Brigada Krahô-Kanela	TO	Reserva Indígena Krahô-Kanela
9	Brigada Mãe Terra	MS	TI Cachoeirinha
10	Brigada Vila São Miguel	MS	TI Cachoeirinha
11	Brigada Voluntária Cana Brava	MA	TI Cana Brava/Guajajara
12	Brigada Voluntária Feminina Xerente	TO	TI Xerente

O mapa abaixo mostra a distribuição espacial das Brigadas Indígenas no Cerrado:

MAPA 1 Distribuição Geral das Brigadas Indígenas, Federativas e Comunitárias Voluntárias, no Cerrado



O mapeamento indica que a rede de BRIFs federais e a capilaridade das brigadas comunitárias/indígenas formam um importante eixo de proteção territorial. Quando articuladas ao Manejo Integrado do Fogo (MIF) e ao Conhecimento Indígena e Tradicional, essas brigadas ampliam prevenção, preparo e combate. Persistem, contudo, desafios de financiamento, manutenção de equipamentos, comunicação em áreas remotas, formação continuada (com inclusão de mulheres e jovens) e integração entre escalas (federal–estadual–municipal–territorial).

A partir disso, foram elencadas algumas recomendações gerais para subsidiar a atuação da MOPIC e das demais organizações indígenas:

- Priorização orçamentária para TIs com recorrência crônica (Araguaia, Pimentel Barbosa, Paresi, Inawébohona, Kraolândia, Parabubure etc.);
- Pactos operacionais antes do início do calendário da seca, alinhando contratos de brigadistas, exercícios simulados e logística de suprimentos;
- Implantação de planos de MIF específicos por TI, com indicadores de processo (aceiros, queimas controladas, dias-equipe), de resultado (redução de área queimada/ano; tempo

de primeira resposta) e de impacto (integridade de habitats, qualidade da água);

- Integração contínua de dados de MapBiomas Fogo/Monitor do Fogo a painéis operacionais, com séries atualizadas e recortes por uso/cobertura.

Do ponto de vista de políticas públicas, três frentes são decisivas:

1. Prevenção estruturante — ampliar mosaicos de MIF em TIs críticas, proteger veredas e nascentes, pactuar queimas prescritas e aceiros com calendários culturais e janelas climáticas seguras;
2. Resposta rápida e logística — consolidar bases estratégicas no “arco norte” (MA–TO–MT) e em MS, com protocolos de mobilização interinstitucional e uso de sistemas de alerta/monitoramento;
3. Gestão territorial e ambiental — fortalecer brigadas indígenas e comunitárias como instâncias permanentes de gestão do fogo, com mecanismos de participação em ações de prevenção como recuperação de áreas degradadas, plantio, monitoramento territorial, dentre outros aspectos.



Referências

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

- Base georreferenciada de Terras Indígenas no Cerrado, incluindo dados sobre povos, localização, incidência no bioma e situação fundiária.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

- Informações oficiais sobre processos administrativos de reconhecimento, demarcação e regularização de Terras Indígenas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- Mapas de biomas e divisões político-administrativas do Brasil.

MapBiomas

- Dados sobre cobertura e uso da terra para identificação de áreas de Cerrado contínuo, transição e manchas.

Notas técnicas do CTI

- Registros complementares sobre o processo de elaboração do diagnóstico, oficinas e participação de povos e organizações.





APOIO



Governos Estaduais:
Goiás, Maranhão,
Mato Grosso e Minas Gerais



Norway's
International Climate
and Forest Initiative



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

